



Diário Oficial Jarinu

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

Praça Francisco Alves Siqueira Junior, 111 -
Jardim da Saúde. Jarinu/SP
CEP 13240-000

(11) 4016-8200
www.jarinu.sp.gov.br

17 maio 24

Edição nº 269

Página 1 de 44

SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO Compras, Licitações e Contratos	2
ADMINISTRAÇÃO Portarias	2
MEIO AMBIENTE Notificações	5
ASSISTÊNCIA SOCIAL Convocação Bolsa Família	5
SAÚDE Audiência Pública	6
CULTURA Editais	6
CONSELHOS MUNICIPAIS Atos dos Conselhos	20
FINANÇAS Demonstrativos	22
CÂMARA MUNICIPAL Atos do Poder Legislativo	44

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Jarinu, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Jarinu poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://jarinu.sp.gov.br/diariooficial>. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Jarinu
CNPJ: 45.780.079/0001-59
Endereço: Praça Francisco Alves
Siqueira Junior, 111 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-8200

Câmara Municipal de Jarinu
CNPJ: 01.569.688/0001-98
Endereço: Rua Antônio de Aguiar
Peçanha, 200 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-4330

**ADMINISTRAÇÃO | Compras, Licitações e Contratos****AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO**

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Jarinu, Pregão Eletrônico nº 007/2024 - Edital nº 008/2024 – Processo Eletrônico 293/2024 do tipo menor preço por item. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE FÓRMULAS INFANTIS, PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES QUE FAZEM USO DESTES PRODUTOS, VISANDO ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES DO ANEXO I DESTE EDITAL. O credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura das propostas até dia 03 de junho de 2024 às 09H00M. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET no dia 03 de junho de 2024 às 09H00M. O Edital na íntegra se encontra a disposição dos interessados no site www.jarinu.sp.gov.br e através do portal BBMNET <https://novobbmnet.com.br/> . Informações através do telefone (11) 4016-8200.

Jarinu, 16 de maio de 2024.

Maria Aparecida Adomaitis
Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Jarinu, Pregão Eletrônico nº 008/2024 - Edital nº 009/2024 – Processo 058/2024 do tipo menor preço global. Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO PICK-UP, CABINE SIMPLES, ZERO QUILOMETRO COM CAPACIDADE MINIMA DE 02 LUGARES PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ESTABELECIDAS NO ANEXO I DESTE EDITAL. O credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura das propostas até dia 04 de junho de 2024 às 09H00M. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET no dia 04 de junho de 2024 às 09H00M. O Edital na íntegra se encontra a disposição dos interessados no site www.jarinu.sp.gov.br e através do portal BBMNET <https://novobbmnet.com.br/> . Informações através do telefone (11) 4016-8200.

Jarinu, 16 de maio de 2024.

Maria Aparecida Adomaitis
Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Jarinu, Pregão Eletrônico nº 009/2024 - Edital nº 010/2024 – Processo Eletrônico 370/2024 do tipo menor preço global. Objeto: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS AUTOMOTORES TIPO MINIVAN, ZERO QUILOMETRO, PARA COMPOR A FROTA E ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME DESCRITIVO CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL. O credenciamento junto ao provedor

do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura das propostas até dia 05 de junho de 2024 às 09H00M. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET no dia 05 de junho de 2024 às 09H00M. O Edital na íntegra se encontra a disposição dos interessados no site www.jarinu.sp.gov.br e através do portal BBMNET <https://novobbmnet.com.br/> . Informações através do telefone (11) 4016-8200.

Jarinu, 16 de maio de 2024.

Maria Aparecida Adomaitis
Secretária Municipal de Administração

TERMO DE RATIFICAÇÃO**PROCESSO Nº 073/2023**

Na forma do Artigo 74, Inciso XV da Lei Federal nº 14.133/2021, RATIFICO o ato da contratação por Dispensa de Licitação, em favor da Entidade INSTITUTO MAIS DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – IMAIS – CNPJ nº 08.179.183/0001-66, contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos para executar processo seletivo em conformidade com as diretrizes estabelecidas no presente Termo de Referência, abrangendo a elaboração, organização e execução do referido processo seletivo, voltado para a contratação temporária e preenchimento de vagas no quadro de servidores operacionais, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

JARINU, 16 DE MAIO DE 2024.

CRISTIANE APARECIDA BUZO DE LIMA
Secretária Municipal de Educação

ADMINISTRAÇÃO | Portarias**PORTARIA Nº 12.860, DE 13 DE MAIO DE 2024.**

“DESIGNA a Sra. LETICIA RODRIGUES FONTE BASSO para exercer a Função de Confiança de CHEFE DE DIVISÃO DE ENFERMAGEM na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - DESIGNA a Sra. LETICIA RODRIGUES FONTE BASSO portadora da Cédula de Identidade RG. 45.514.729-2-SSP/SP, CPF. 310.518.748-07 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 11291 Série 0290-SP, para exercer a Função de Confiança de CHEFE DE DIVISÃO DE ENFERMAGEM na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE.



Município de Jarinu, 13 de Maio de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.861, DE 13 DE MAIO DE 2024.

“NOMEIA A SRA. SARA DO PRADO VIRECCI FANA, APROVADA EM 28º LUGAR, NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023 EDUCAÇÃO, PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR DE JORNADA AMPLIADA I.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - N O M E A R a Sra. SARA DO PRADO VIRECCI FANA, portadora da Cédula de Identidade RG. 34.816.800-7-SSP/SP, CPF. 316.644.988-32 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 60587 Série 0251-SP, aprovada em 28º lugar, no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023-EDUCAÇÃO, para ocupar o Emprego Público Temporário de PROFESSOR DE JORNADA AMPLIADA I, contratado pelo prazo de 180 dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 13 de Maio de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.862, DE 13 DE MAIO DE 2024.

“NOMEIA A SRA. ELISETE MATOS BRASIL, APROVADA EM 47º LUGAR, NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023 EDUCAÇÃO, PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL I.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - N O M E A R a Sra. ELISETE MATOS BRASIL, portadora da Cédula de Identidade RG. 43.091.272-9-SSP/SP,

CPF. 323.232.118-62 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 17615 Série 0290-SP, aprovada em 47º lugar, no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023-EDUCAÇÃO, para ocupar o Emprego Público Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL I, contratado pelo prazo de 180 dias.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 13 de Maio de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.863, DE 13 DE MAIO DE 2024.

“NOMEIA A SRA. FERNANDA SOUZA FUKUMOTO, APROVADA EM 103º LUGAR, NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023 EDUCAÇÃO, PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - N O M E A R a Sra. FERNANDA SOUZA FUKUMOTO, portadora da Cédula de Identidade RG. 41.377.958-0-SSP/SP, CPF. 339.651.768-70 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 464847 Série 0251-SP, aprovada em 103º lugar, no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023-EDUCAÇÃO, para ocupar o Emprego Público Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I, contratado pelo prazo de 180 dias.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 13 de Maio de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.864 DE 13 DE MAIO DE 2024.

“REVOGA A PORTARIA Nº 12.811 de 11/04/2024 e DESIGNA



o servidor municipal Sr. IGOR LEMES CARVALHO para exercer a Função de Confiança de CHEFE DE DIVISÃO HOSPITALAR”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - REVOGAR A PORTARIA Nº 12.811 de 11/04/2024 e DESIGNAR o servidor municipal Sr. IGOR LEMES CARVALHO, portador da Cédula de Identidade RG. 54.746.782-5-SSP/SP, CPF. 488.801.748-43 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 69112 Série 389-SP, para exercer a Função de Confiança de CHEFE DE DIVISÃO HOSPITALAR na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE.

Município de Jarinu, 13 de Maio de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.865, DE 14 DE MAIO DE 2024.

“NOMEIA O SR. MAURILIO LOURENÇO MOREIRA, APROVADO EM 39º LUGAR NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023-EDUCAÇÃO, PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – EDUCAÇÃO FÍSICA.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - N O M E A R o Sr. MAURILIO LOURENÇO MOREIRA, portador da Cédula de Identidade RG. 41.098.332-9-SSP/SP, CPF. 422.276.678-00 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 61338 Série 0351-SP, aprovado em 39º lugar, no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023-EDUCAÇÃO, para ocupar o Emprego Público Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – EDUCAÇÃO FÍSICA, contratado pelo prazo de 180 dias.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE.

Município de Jarinu, 14 de Maio de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.866, DE 14 DE MAIO DE 2024.

“Concede prorrogação por 60 (sessenta) dias da Licença Maternidade a pedido da Servidora Municipal Sra. STEFANY CAROLINY MUSELLA SILVA, exercendo o emprego público Auxiliar de Desenvolvimento Infantil.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - C O N C E D E R a Sra. STEFANY CAROLINY MUSELLA SILVA, portadora da Cédula de Identidade RG. 44.244.845-4-SSP/SP, CPF. 405.642.298-22 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 28687 Série 357-SP, exercendo o Emprego Público de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, a prorrogação por 60 (sessenta) dias da Licença Maternidade a pedido da servidora no período de 04/05/2024 a 02/07/2024, devendo retornar ao trabalho imediatamente após o término do afastamento concedido.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Maio de 2024.

CUMPRASE.

Município de Jarinu, 14 de Maio de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.867, DE 14 DE MAIO DE 2024.

“Concede prorrogação por 60 (sessenta) dias da Licença Maternidade a pedido da Servidora Municipal Sra. HELNILY RAMOS RAGASSO, exercendo o emprego em comissão de SECRETÁRIO ADJUNTO.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - C O N C E D E R a Sra. HELNILY RAMOS RAGASSO,



portadora da Cédula de Identidade RG. 47.167.091-1-SSP/SP, CPF. 406.727.748-28 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 77985 Série 335-SP, exercendo o Emprego em Comissão de SECRETÁRIO ADJUNTO, a prorrogação por 60 (sessenta) dias da Licença Maternidade a pedido da servidora no período de 14/05/2024 a 12/07/2024, devendo retornar ao trabalho imediatamente após o término do afastamento concedido.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 14 de Maio de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

MEIO AMBIENTE | Notificações

NOTIFICAÇÃO Nº 092-2024

A Prefeitura Municipal de Jarinu - SP, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, NOTIFICA o responsável legal por este imóvel localizado a rua CAMINHO 02, N°123, Bairro SOARES, Jarinu, São Paulo, para comparecimento com urgência no endereço localizado a Rua Contarini, nº 283, Vila Nova Trieste, Jarinu, São Paulo, ou que entre em contato pelo telefone 11 4016-3843, ramal 1061, para tratar sobre assuntos de seu interesse.

O não atendimento deste no prazo de 15 dias, acarretará nos enquadramentos das leis vigentes.

Jarinu, 15 de Maio de 2024.

Mariliza Soranz
Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

ASSISTÊNCIA SOCIAL | Convocação Bolsa Família

A Prefeitura Municipal de Jarinu, por meio da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, considerando o artigo 10 da portaria MDS nº 251/2012 que assegura o “direito que a família possui de contestar por meio do recurso os efeitos que recebe por descumprimento das condicionalidades”, convoca as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família a comparecerem no setor cadúnico para orientações sobre procedimentos de recurso. Os atendimentos para esta finalidade é de segunda a quinta-feira, das 08h às 12h.

Prazo para recurso dia 27/06/2024.

Endereço do setor cadúnico: Rua arthur Bernardes, 231 -

Centro. (em frente a igreja universal)

Para mais informações (11) 4016-1017 ou (11) 9.7527-4737

Areli Formaggio de Oliveira
Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Programa Bolsa Família - Relatório de Repercussão

UF: SP

Município: Jarinu

Período da Repercussão: Maio/2024

Tipo de Benefício: Todos

Efeito: Todos

Total de descumpridores: 50

Total de famílias com efeito: 45

Nº da Linha Nome do Responsável Familiar

1	ADRIANA DA COSTA RAMOS
2	ADRIANA DOS SANTOS SILVA
3	ALESSANDRA DOS SANTOS TEIXEIRA
4	ANA BEATRIZ SALGE VAZMORBIDA ARAUJO
5	ANA CRISTINA SOARES DA SILVA
6	ANDREA DOS SANTOS VIEIRA
7	APARECIDA FATIMA SILVEIRA DOS SANTOS
8	BRENDA VASCONCELOS PEREIRA DA SILVA
9	CAROLAINA CRISTINA ALVES RINCO
10	CELMA BRITO COUTINHO
11	CLAUDINEI FRANCISCO DE LIMA
12	CRISTIANE APARECIDA TORRES
13	CRISTIANE LEANDRO HERCULES
14	CRISTINA APARECIDA FERREIRA
15	DELICE ARAUJO SANTOS SILVA
16	ESTEFANI CAVALCANTE BARCELLOS MAZA
17	FERNANDA APARECIDA DOS SANTOS
18	FIRMINO RIBEIRO DA SILVA
19	FRANCIANE BORGES DA SILVA
20	GECILDA DOS SANTOS PALUMINO
21	GESREEL RODRIGUES ESPINASSI
22	JANAINA BATISTA DE SOUZA SILVA
23	JESSICA FLORENTE DOS SANTOS
24	JOICE APARECIDA RODRIGUES
25	JOILCE CALDEIRA PINTO DOS SANTOS
26	JOYCE APARECIDA VIANA REIS
27	JULIANA BRANCO DA SILVA
28	KAREN DOS REIS FUGANHOLI DA SILVA
29	LEYSA MACKELI MARINI
30	MARIA DAYANE PEREIRA DOS SANTOS
31	MARIA FRANCISCA DA SILVA
32	MARIA IRANEUMA DA SILVA VIEIRA
33	MARIA MARTA DE OLIVEIRA SOUZA
34	MARIJANE NASCIMENTO MENEZES



35 MILENA APARECIDA DE MORAIS DA SILVA ALVES
36 NAYANNE KUROSAKI FLORES
37 PALOMA BUARQUE DA SILVA
38 PAMELA GRAZIELE ARAUJO DE SOUZA
39 RAUDICLEIA PEREIRA BARBOSA DOS SANTOS
40 ROSELY APARECIDA JAVAROTTE
41 STEFFANY ALVES BRANDAO MORGADO
42 SUELEN CRISTINA CARDOSO
43 TALIA BARBOSA DE SOUSA
44 TALITA EVELIN DA SILVA
45 THAIS ALVES RIBEIRO

SAÚDE | Audiência Pública

Apresentação da Audiência Pública conforme o Art. 36 da Lei Complementar nº 141/2012, correspondente ao 1º Quadrimestre de 2024, dia 29 de maio de 2024 às 18:00 horas, na Câmara Municipal de Jarinu, Rua Antonio de Aguiar Peçanha, 200 – Jardim da Saúde.

A Prefeitura Municipal de Jarinu-SP, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, vem informar a população em geral, as sociedades de bairros, demais organizações não governamentais, clubes de serviços, entidades religiosas e quaisquer segmentos representativos da população, a apresentação dos relatórios do 1º Quadrimestre de 2024, em cumprimento às determinações impostas pela Lei Complementar nº 141/2012.

Ainda em cumprimento às determinações impostas pela Lei Complementar nº 141/2012, a Audiência Pública para apresentação dos relatórios do 1º Quadrimestre de 2024 será apresentada aos Vereadores e transmitida via internet para o público em geral no Youtube da Câmara Municipal de Jarinu. Após a transmissão o conteúdo da audiência ficará disponível no portal da transparência na página da Prefeitura Municipal de Jarinu, seguinte endereço:

<http://jarinu.sp.gov.br/audiencia-publica/audiencia-quadrimestral/>

MIRAILTON MOREIRA GOMES
Secretário de Saúde

CULTURA | Editais

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2024

FOMENTO À EXECUÇÃO DE OFICINAS CULTURAIS “DEMAIS ÁREAS CULTURAIS”

RESULTADO FINAL DA ETAPA DE ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL

A Prefeitura Municipal de Jarinu, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, torna público o resultado final da Etapa de Análise de Mérito Cultural dos Edital de Chamamento Público nº 01/2024 - Oficinas Culturais “Demais Áreas Culturais”.

Resultado final da Etapa de Análise de Mérito Cultural do

Edital de Chamamento Público nº 01/2024

Proponente	Classificação	Situação
Felipe Rodrigues Lima da Silva	1	Aprovado

Renata Cabrera de Moraes
Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2024 - AUDIOVISUAL

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL

A Prefeitura Municipal de Jarinu, por meio da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, torna público o Edital de Seleção de Projetos para firmar Termo de Execução Cultural com recursos da Lei Complementar nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no segmento Audiovisual, sendo este edital realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da referida Lei Complementar.

A Lei Paulo Gustavo viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.

É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.

As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do município de Jarinu e demais municípios.

Deste modo, a Prefeitura Municipal de Jarinu por meio da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar nº 195/2022, no Decreto Federal nº 11.525/2023 e no Decreto Federal nº 11.453/2023.

Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

1. OBJETO

1.1 O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais de AUDIOVISUAL para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do município de Jarinu.



2. VALORES

2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de R\$11.100,00 (onze mil e cem reais)

2.2 A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 3.3.90.48.00.

2.3 Este edital poderá ser suplementado, caso haja interesse público e disponibilidade orçamentária suficiente.

3. QUEM PODE SE INSCREVER

3.1 Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente no município de Jarinu ou em outros municípios do território brasileiro.

3.2 O agente cultural deverá, obrigatoriamente, estar com seu cadastro atualizado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

3.2.1 O cadastro poderá ser realizado através do link: <https://forms.gle/wEpsbXindg9MT1BG8> ou presencialmente na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Jarinu.

3.3 Em regra, o agente cultural pode ser:

I - Pessoa física

II - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

3.4 O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto.

3.5 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VI.

3.6 O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, direção, produção, coordenação, gestão artística ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

3.7 O Anexo I deve ser consultado para fins de verificação das condições de participação de todos os proponentes.

4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

4.1 Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:

I – tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e

III - sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juizes, Desembargadores), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

IV - foram selecionados na Categoria de apoio A (Inciso I do art. 6o da LPG: apoio a produção de obras audiovisuais, de curta-metragem e/ou videoclipe) do edital 001/2023.

4.2 O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.

4.3 A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 4.1.

5. COTAS

5.1 Ficam garantidas cotas étnico-raciais em todas as categorias do edital que ofereçam 3 ou mais vagas, nas seguintes proporções:

a) no mínimo 20% das vagas para pessoas negras (pretas e pardas); e

b) no mínimo 10% das vagas para pessoas indígenas.

5.2 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja, concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

5.3 Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados na vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

5.4 Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

5.5 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.



5.6 Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

5.7 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo VII.

5.8 Para fins de verificação da autodeclaração, será realizado o seguinte procedimento complementar:

I - procedimento de heteroidentificação, por meio da análise de documento com foto;

5.9 Os coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

I – grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural;

II – coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas; e

III – outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.

5.10 As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima.

6. PRAZO PARA SE INSCREVER

6.1 Para se inscrever no Edital, o proponente deve encaminhar toda documentação obrigatória relatada no item 7 até o dia 30 de maio de 2024.

7. COMO SE INSCREVER

7.1 O agente cultural poderá se inscrever de forma online, por meio de formulário eletrônico, OU presencial, no endereço da Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer, localizada à Rua Independência, 111 - Centro. Jarinu/SP - CEP 13240-000, horário de atendimento: segunda a sexta-feira, 8h às 17h.

7.1.1 Requisitos para inscrições por meio eletrônico (Internet):

a) preenchimento do Formulário de inscrição, através do link <https://forms.gle/vzZDKyUuWVS39XU86>

b) envio dos seguintes documentos para o e-mail lpg.jarinu@gmail.com

b.1. preenchimento do Anexo VIII, onde constam modelo do projeto e planilha orçamentária; (OBRIGATÓRIO)

b.2. breve currículo do proponente e da equipe; (OBRIGATÓRIO)

b.3. documentos pessoais do proponente CPF e RG/CNH; (OBRIGATÓRIO)

b.4. documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;

b.5. outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

b.6. declaração de representação de grupo ou coletivo; declaração étnico-racial, declaração de pessoa com deficiência ou declaração de pessoa LGBTQIAP+, quando for o caso.

7.1.2. Requisitos para Inscrições presenciais na Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer, localizada à Rua Independência, 111 - Centro. Jarinu/SP - CEP 13240-000; horário de atendimento: segunda a sexta-feira, 8h às 17h

a) formulário de inscrição (Anexo II) (OBRIGATÓRIO)

b) Anexo VIII, onde constam modelo do projeto e planilha orçamentária; (OBRIGATÓRIO)

c) breve currículo do proponente e da equipe; (OBRIGATÓRIO)

d) documentos pessoais do proponente CPF e RG; (OBRIGATÓRIO)

e) documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;

f) outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

g) declaração de representação de grupo ou coletivo; declaração étnico-racial, declaração de pessoa com deficiência ou declaração de pessoa LGBTQIAP+, quando for o caso.

7.2. O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.

7.3. A falta de qualquer documento obrigatório desclassificará automaticamente a proposta.

7.4. Cada proponente poderá concorrer neste edital com, no máximo, 01 (um) projeto.

7.5. Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução até 31 de dezembro de 2024.

7.6. O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação.



7.7 As inscrições deste edital são gratuitas.

7.8 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

7.9 Caso o candidato seja Pessoa com Deficiência (auditiva, física, intelectual, múltipla ou visual), a inscrição poderá ser realizada por meio de vídeo, ou o meio acessível dependendo da deficiência, contendo relato da trajetória do proponente, o(s) projeto(s) que pretende realizar, profissionais que atuarão e valores do(s) projeto(s), dispensado da entrega física de documentação no ato da inscrição. Se selecionado, deverá encaminhar a devida documentação de comprovação.

7.10 O proponente que desejar concorrer a cotas ou pleitear pontuação extra deverá, obrigatoriamente, entregar as declarações pertinentes.

8. MODELO DE PROJETO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

8.1 O proponente deve preencher o Anexo VIII (onde constam modelo de projeto e planilha orçamentária), disponibilizado no site da prefeitura junto ao edital, para informar como será utilizado o recurso financeiro recebido.

8.2 A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.

8.3 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado serão avaliados pela Comissão de Seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.

8.4 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.

8.5 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.

8.6 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 12.8.

8.7 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.

9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:

I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e

III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

9.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;

II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;

III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;

IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou

V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

9.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.

9.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:

I - for inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual; ou

II - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do



objeto cultural.

9.5 Para projetos cujo objeto seja a produção audiovisual, consideram-se integralmente cumpridas as medidas de acessibilidade de que trata o subitem II do item 9.4 quando a produção contemplar legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. Como o percentual é limitado a 10%, os proponentes poderão optar por qualquer uma das medidas de acessibilidade, que sejam compatíveis aos 10% a serem aplicados.

9.6 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

10. CONTRAPARTIDA

10.1 Os agentes culturais contemplados neste edital deverão realizar contrapartida social a ser pactuada com a Administração Pública, incluída obrigatoriamente a realização de exposições gratuitas dos conteúdos selecionados, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade.

10.2 As contrapartidas deverão ser informadas no Formulário de Inscrição e executadas de acordo com cronograma apresentado pelo proponente e previamente aprovado pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Parágrafo Único. As contrapartidas propostas deverão ter sua execução previamente aprovada e agendada com a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer para otimização e ampliação do acesso à produção artística e cultural derivada da Lei Paulo Gustavo, sendo que as contrapartidas executadas deverão ser informadas e comprovadas no Relatório Final de Execução do Objeto.

11. ETAPAS DO EDITAL

11.1 A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:

I - Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada pela Comissão de Seleção; e

II - Habilitação: fase de análise dos documentos de habilitação do proponente, descritos no tópico 13.

12. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

12.1 Entende-se por “Análise de mérito cultural” a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.

12.2 Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

12.3 A análise dos projetos culturais será realizada pela Comissão de Seleção.

12.4 Os membros da Comissão de Seleção, o Comitê Gestor criado para acompanhar as etapas da lei, e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:

I - tenham interesse direto na matéria;

II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e

III - estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.

12.5 O membro do comitê que incorrer em impedimento deve comunicar o fato ao Comitê Gestor, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.

12.6 Para esta seleção, serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo III.

12.7 Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção, por meio do e-mail lpg.jarinu@gmail.com

12.8 Os recursos de que tratam o item 12.17 deverão ser apresentados no prazo de 03 (três) dias úteis, conforme Inciso III, do Art. 16, do Decreto 11.453/2023 a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

12.9 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

12.10 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será divulgado no site do município: www.jarinu.sp.gov.br

13. ETAPA DE HABILITAÇÃO

13.1 Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de 3 (três) dias úteis, apresentar os seguintes documentos para o e-mail lpg.jarinu@gmail.com ou entregar presencialmente:

13.1.1 PESSOA FÍSICA:

I – RG e CPF ou CNH;

II - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

13.2.1.1 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:



I - pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;

II - pertencentes a população nômade ou itinerante; ou

III - que se encontrem em situação de rua.

13.2 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado à Secretaria responsável por este edital, a ser enviado para o e-mail lpg.jarinu@gmail.com

13.3 Os recursos de que se trata o item 13.2 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.

13.4 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

13.5 Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

13.6 Além da análise dos documentos, será verificado o cumprimento do disposto no item 3.2, referente ao cadastro atualizado dos agentes culturais.

14. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

14.1 Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.

14.2 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado e pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

14.3 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único, em até 30 (trinta dias).

14.4 A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.

14.5 O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural até 3 (três) dias úteis após o contato da Prefeitura Municipal por meio eletrônico ou impresso, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir a vaga.

15. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

15.1. As peças de divulgação dos projetos exibirão as

logomarcas do Governo Federal e Ministério da Cultura, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura. Além disso, deverão estar acompanhadas das logomarcas e menções à Prefeitura de Jarinu.

15.2 Todo material gráfico de divulgação, deverá, antes da sua veiculação, ser previamente submetido à aprovação da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

15.3 O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

15.4 O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

15.5. Todos os projetos apresentados neste Edital deverão obedecer à legislação relativa aos Direitos Autorais e conexos contemplada na Lei Federal nº 9.610/1998 e demais dispositivos, bem como à Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), no que couber.

15.6. O proponente é responsável por colher assinatura dos envolvidos no projeto (equipe, atores, figurantes, local de gravação se particular etc.), conforme anexo IX – Termo de uso de imagem e voz, ficando o proponente responsável por qualquer problema jurídico que possa ter neste quesito.

15.6. Todo e qualquer ônus relativo a direitos autorais e/ou de dados ou de imagem recairão exclusivamente sobre o proponente, ficando a Prefeitura Municipal de Jarinu/Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer isentos de qualquer responsabilidade pelo não cumprimento da legislação que dispõe sobre o tema.

17. CRONOGRAMA

AÇÕES	PRAZOS
Período de inscrições	17 de maio a 30 de maio de 2024
Divulgação da lista de inscritos	Até 3 dias corridos a contar do dia útil seguinte, do último dia da finalização das inscrições
Divulgação do resultado da etapa de análise de mérito cultural	Até 10 dias corridos a contar do último dia do prazo da divulgação da lista de inscritos
Prazo para interposição de recursos	Até 3 dias úteis da data da divulgação do resultado
Prazo de análise dos recursos	Até 3 dias úteis, contados do dia seguinte ao término do prazo para recursos
Publicação do resultado final da etapa de análise de mérito cultural	Até 2 dias úteis, contados do dia seguinte ao término da análise dos recursos
Prazo para entrega dos documentos obrigatórios	Até 3 dias úteis, contados da publicação do resultado final



Divulgação da lista de projetos habilitados na etapa de documentação	Até 2 dias úteis, contados do dia seguinte ao término do prazo para entrega dos documentos
Prazo para assinatura do Termo de Execução Cultural	Até 3 dias úteis, contados da divulgação da lista dos projetos habilitados

18. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

18.1 Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

18.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo V. O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 30 (trinta) dias a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no site www.jarinu.sp.gov.br e nas mídias sociais oficiais.

19.2 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site www.jarinu.sp.gov.br

19.3 Demais informações podem ser obtidas através do email lpg.jarinu@gmail.com.

19.4 Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo do órgão responsável por este edital.

19.5 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.

19.6 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a Prefeitura Municipal Jarinu de qualquer responsabilidade civil ou penal.

19.7 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.

19.8 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

19.9 O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 30 (trinta) dias corridos.

19.10 Compõem este Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Categorias de apoio

Anexo II - Formulário de Inscrição

Anexo III - Critérios de seleção

Anexo IV - Termo de Execução Cultural

Anexo V - Relatório de Execução do Objeto

Anexo VI - Declaração de representação de grupo ou coletivo

Anexo VII - Declaração étnico-racial

Anexo VIII – Modelo de projeto e planilha orçamentária

Anexo IX – Termo de Uso da Imagem e Voz





Anexo X - Declaração para pessoa com deficiência.

Anexo XI - Declaração para pessoa LGBTQIA+

19.11. O presente edital entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Jarinu, 17 de maio de 2024.

Débora Cristina Prado Belinello
Prefeita Municipal

			
ANEXO I			
CATEGORIAS DE APOIO - AUDIOVISUAL			
1. RECURSOS DO EDITAL			
O presente edital possui valor total de R\$11.100,00 (onze mil e cem reais), distribuídos da seguinte forma:			
2. DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS			
Inciso I do art. 6º da LPG: apoio a produção de obras audiovisuais, de curta-metragem e/ou videoclipe			
Produção de curta-metragem:			
Para este edital, refere-se ao apoio concedido à produção de curta-metragem com duração de 2 a 5 minutos, tendo como tema assuntos ligados à promoção das características e identidade cultural e turística de Jarinu, como cidade do interior.			
Será selecionado 01 (um) projeto no valor de R\$11.100,00 (onze mil e cem reais).			
Os recursos fornecidos podem ser direcionados para financiar todo o processo de produção, desde o desenvolvimento do projeto até a distribuição do filme em plataformas digitais.			



ANEXO II

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

DADOS DO PROPONENTE

Nome Completo:

Nome artístico ou nome social (se houver):

CPF:

RG:

Data de nascimento:

E-mail:

Telefone:

Endereço completo:

CEP:

Cidade:

Estado:

Gênero:

- ☐ Mulher cisgênero
☐ Homem cisgênero
☐ Mulher transgênero
☐ Homem transgênero
☐ Não Binário
☐ Não informar

Raça, cor ou etnia:

- ☐ Branca
☐ Preta
☐ Parda
☐ Indígena
☐ Amarela



Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?

- ☐ Sim
☐ Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?

- ☐ Auditiva
☐ Física
☐ Intelectual
☐ Múltipla
☐ Visual

Qual o seu grau de escolaridade?

- ☐ Não tenho Educação Formal
☐ Ensino Fundamental Incompleto
☐ Ensino Fundamental Completo
☐ Ensino Médio Incompleto
☐ Ensino Médio Completo
☐ Curso Técnico Completo
☐ Ensino Superior Incompleto
☐ Ensino Superior Completo
☐ Pós Graduação Completo

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?

(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R\$1.320,00.)

- ☐ Nenhuma renda.
☐ Até 1 salário mínimo
☐ De 1 a 3 salários mínimos
☐ De 3 a 5 salários mínimos
☐ De 5 a 8 salários mínimos
☐ De 8 a 10 salários mínimos
☐ Acima de 10 salários mínimos



Você é beneficiário de algum programa social?

- ☐ Não
☐ Bolsa família
☐ Benefício de Prestação Continuada
☐ Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
☐ Garantia-Safra
☐ Seguro-Defeso
☐ Outro

Você reside em quais dessas áreas?

- ☐ Zona urbana central
☐ Zona urbana periférica
☐ Zona rural
☐ Área de vulnerabilidade social
☐ Unidades habitacionais
☐ Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)
☐ Comunidades quilombolas (terra titulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares)
☐ Áreas atingidas por barragem
☐ Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

Pertence a alguma comunidade tradicional?

- ☐ Não pertence a comunidade tradicional
☐ Comunidades Extrativistas
☐ Comunidades Ribeirinhas
☐ Comunidades Rurais
☐ Indígenas
☐ Povos Ciganos
☐ Pescadores(as) Artesanais
☐ Povos de Terreiro
☐ Quilombolas

- ☐ Outra comunidade tradicional

Val concorrer às cotas ?

- ☐ Sim
☐ Não

Se sim. Qual?

- ☐ Pessoa indígena
☐ Pessoa negra

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?

- ☐ Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins.
☐ Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
☐ Curador(a), Programador(a) e afins.
☐ Produtor(a)
☐ Gestor(a)
☐ Técnico(a)
☐ Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
☐ Outro(a)s: _____

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?

- ☐ Não
☐ Sim

Caso tenha respondido "sim":

Nome do coletivo:

Ano de Criação:

Quantas pessoas fazem parte do coletivo?

Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

MINISTÉRIO DA
CULTURA

Cite brevemente sobre a sua arte (Há quanto tempo exerce sua arte, como começou, quais trabalhos realizou, suas redes sociais, canal Youtube etc.):

Estou ciente de que para efetivar minha inscrição devo anexar a este formulário os seguintes documentos:

- Anexo VIII, onde constam modelo do projeto e planilha orçamentária; **(OBRIGATÓRIO)**
- breve currículo do proponente e da equipe; **(OBRIGATÓRIO)**
- documentos pessoais do proponente CPF e RG; **(OBRIGATÓRIO)**
- documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
- outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
- declaração de representação de grupo ou coletivo; declaração étnico-racial, declaração de pessoa com deficiência ou declaração de pessoa LGBTQIAP+, quando for o caso

Caso não anexe os documentos citados acima, a inscrição **NÃO SERÁ CONSIDERADA** e não poderei concorrer à seleção deste edital promovido pela Prefeitura de Jarinu, não cabendo recurso.

Data

Nome completo

Assinatura do proponente

MINISTÉRIO DA
CULTURA

ANEXO III

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

1. As comissões de seleção atribuirão notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	Descrição do Critério	Pontuação Máxima
A	Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto - A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valorização, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	10
B	Relevância da ação proposta para o cenário cultural do município - A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valorização, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do município.	10
C	Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto - considera-se, para fins de avaliação e valorização, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica/social.	10
D	Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público-alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10

MINISTÉRIO DA
CULTURA

F	Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas - A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	Trajatória artística e cultural do proponente - Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10
H	Contrapartida - Será avaliado o interesse público da execução da contrapartida proposta pelo agente cultural	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

2. Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS		
Identificação do Ponto Extra	Descrição do Ponto Extra	Pontuação Máxima
I	Proponentes do gênero feminino	1
J	Proponentes negros e indígenas	1
K	Proponentes com deficiência	1
L	Proponentes LGBTQIAP+	1
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		4 PONTOS

PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ		
Identificação do Ponto Extra	Descrição do Ponto Extra	Pontuação Máxima
M	Coletivos/ grupos sem CNPJ compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas	1

MINISTÉRIO DA
CULTURA

N	Coletivos/ grupos sem CNPJ compostos majoritariamente por mulheres	1
O	Coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	1
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		15 PONTOS

3. A pontuação final de cada candidatura será definida por consenso dos membros da comissão, por meio da média das notas atribuídas individualmente por cada membro.

4. Os critérios gerais são **eliminatórios**, de modo que o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.

5. Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios, de modo que a pontuação 0 em algum dos critérios não desclassifica o proponente.

6. Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, H, respectivamente, de acordo com cada proponente.

7. Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir:

7.1 Proponente com maior idade, na sequência, maior tempo de profissão.

8. Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 50 pontos.

9. Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;

II - não apresentarem medidas de acessibilidade em seus projetos ou não destinarem, pelo menos, 10% do valor do projeto destinados a medidas que promovam acessibilidade, exceto quando devidamente justificada a impossibilidade de aplicação.

III - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10. A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.



ANEXO IV

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº XXX/2024 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL Nº 02/2024 – NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO Nº 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O município de Jarinu, neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO Nº 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ *****.

4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.



5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer:

- transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
- orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
- analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
- zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
- adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
- monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:

- executar a ação cultural aprovada;
- aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;
- manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
- facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
- prestar informações à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do término da vigência do termo de execução cultural;
- atender a qualquer solicitação regular feita pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer a contar do recebimento da notificação;
- divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo Federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, conforme descrito no item 16 deste edital;
- não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
- guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;



- X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em Relatório de Execução do Objeto.

7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:

- apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e
- análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.

7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:

- comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
- conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:

I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou

II - recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

- determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
- solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
- aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.

7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:

- quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
- quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, 30 (trinta dias), contados do recebimento da notificação.

7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:

- aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
- reprovação da prestação de informações, parcial ou total.

7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:

- devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
- apresentação de plano de ações compensatórias; ou
- devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a acatamento de plano de ações compensatórias.

7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.

8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

- prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e



II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.

8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.

8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.

8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.

9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:

I - extinto por decurso de prazo;

II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos participantes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro participante; ou

IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos participantes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro participante, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

c) violação da legislação aplicável;

d) cometimento de falhas reiteradas na execução;

e) má administração de recursos públicos;

f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;



g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os participantes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.

11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.

11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 Membros da Secretaria responsável pelo Edital receberão os relatórios de prestação de contas por parte dos agentes culturais, a serem enviados em até 30 dias após a data fim dos projetos.

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 10 (dez) meses, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) dias.

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no site do município www.jarinu.sp.gov.br



15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de [LOCAL] para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo órgão:

[NOME DO REPRESENTANTE]

Pelo Agente Cultural:

[NOME DO AGENTE CULTURAL]



ANEXO V

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

(SOMENTE PARA PROPONENTES QUE FOREM SELECIONADOS, NÃO É NECESSÁRIO PREENCHER NA INSCRIÇÃO)

1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:

Nome do agente cultural proponente:

Nº do Termo de Execução Cultural:

Vigência do projeto:

Valor repassado para o projeto:

Data de entrega deste relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?

() Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.

() Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.

() Uma parte das ações planejadas não foi feita.

() As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas

Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou algum produto?

Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.



- () Sim
() Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?

Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.

- () Publicação
() Livro
() Catálogo
() Live (transmissão on-line)
() Vídeo
() Documentário
() Filme
() Relatório de pesquisa
() Produção musical
() Jogo
() Artesanato
() Obras
() Espetáculo
() Show musical
() Site
() Música
() Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?

Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?

Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele:

(Você pode marcar mais de uma opção).

- () Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
() Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
() Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.



- () Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
() Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
() Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
() Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
() Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO

5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?

Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?

- () Sim () Não

Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome profissional/empresa	do	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva		Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO



6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?

- () Presencial.
() Virtual.
() Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens virtual e híbrido:

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?

Você pode marcar mais de uma opção.

- () Youtube
() Instagram / IGTV
() Facebook
() TikTok
() Google Meet, Zoom etc.
() Outros: _____

Caso você tenha marcado os itens virtual e híbrido:

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?

- () 1. Fixas, sempre no mesmo local.
() 2. Itinerantes, em diferentes locais.
() 3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

6.6 Em que área do município o projeto foi realizado?

(Você pode marcar mais de uma opção)

- () Zona urbana central.
() Zona urbana periférica.
() Zona rural.
() Área de vulnerabilidade social.
() Unidades habitacionais.
() Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
() Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
() Áreas atingidas por barragem.



- () Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pezeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
() Outros: _____

6.7 Onde o projeto foi realizado?

(Você pode marcar mais de uma opção)

- () Equipamento cultural público municipal.
() Equipamento cultural público estadual.
() Espaço cultural independente.
() Escola.
() Praça.
() Rua.
() Parque.
() Outros

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO

Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

8. CONTRAPARTIDA

Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.

9. TÓPICOS ADICIONAIS

Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

10. ANEXOS

Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.

Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

**ANEXO VI****DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO**

(Esta declaração deve ser preenchida SOMENTE por proponentes que irão representar um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ)

GRUPO ARTÍSTICO: _____

NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO: _____

DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE] _____

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

**ANEXO VIII****MODELOS DE PROJETO DE AUDIOVISUAL E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA****DADOS DO PROJETO**

Nome do Projeto: _____

Descrição do projeto

(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Porque ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Tempo do filme: _____

Objetivos do projeto

(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto

(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultos e/ou idosos? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

**ANEXO VII****DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL**

(Somente para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº _____, RG nº _____, DECLARO, para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____ (informar se é NEGRO OU INDÍGENA).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

**Medidas de acessibilidade empregadas no projeto**

(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de pessoas com deficiência)

Acessibilidade arquitetônica:

- ☐ rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
- ☐ piso tátil;
- ☐ rampas;
- ☐ elevadores adequados para pessoas com deficiência;
- ☐ corrimãos e guarda-corpos;
- ☐ banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
- ☐ vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
- ☐ assentos para pessoas obesas;
- ☐ iluminação adequada;
- ☐ Outra _____

Acessibilidade comunicacional (Limite de 10% do total do projeto – pode-se optar por uma, duas ou três medidas de acessibilidade comunicacional):

- ☐ a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
- ☐ o sistema Braille;
- ☐ o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
- ☐ a audiodescrição;
- ☐ as legendas;
- ☐ a linguagem simples;
- ☐ textos adaptados para leitores de tela; e
- ☐ Outra _____

Acessibilidade atitudinal:

- ☐ capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
- ☐ contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
- ☐ formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e



() outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Local onde o projeto será executado

Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.

Previsão do período de execução do projeto (as datas poderão ser alteradas e justificadas no relatório de execução, ao término do projeto, não excedendo o máximo de 10 meses a partir da data do recebimento dos recursos)

Data de início (ideal a partir de 01.12.23):

Data final (máximo 10 meses após recebimento dos recursos):

Equipe

(Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:)

Nome do profissional/empresa e breve currículo	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva, é diretor de cinema, tendo produzido diversas obras que se encontram no link XXXXX. Atua também como ator desde 2000.	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

(Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas)

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R\$1.100,00	1	R\$1.100,00

ATENÇÃO! ENVIE OU ENTREGUE PESSOALMENTE, OS DOCUMENTOS ABAIXO, DE ACORDO COM A FORMA DA SUA INSCRIÇÃO (ONLINE OU PRESENCIAL):

Requisitos para inscrições por meio eletrônico (Internet):

- preenchimento do Formulário de inscrição, através do link <https://forms.gle/vz2DKyUuWYSS9XU86>
- envio dos seguintes documentos para o e-mail lpg.jarinu@gmail.com
 - preenchimento do Anexo VIII, onde constam modelo do projeto e planilha orçamentária; **(OBRIGATÓRIO)**
 - breve currículo do proponente e da equipe; **(OBRIGATÓRIO)**
 - documentos pessoais do proponente CPF e RG/CNH; **(OBRIGATÓRIO)**
 - documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;



Cronograma de Execução

(Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto)

Atividade Geral	Etapas	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2023	11/11/2023

Estratégia de divulgação

(Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais)

Contrapartida

(Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada [Ex. XX exibição(ões) gratuita(s) do filme em local de fácil acesso ao público])

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?

(Informe se o projeto prevê apoios financeiros tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?

(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)



b.5. outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

b.6. declaração de representação de grupo ou coletivo; declaração étnico-racial, declaração de pessoa com deficiência ou declaração de pessoa LGBTQIAP+, quando for o caso.

Requisitos para inscrições presenciais na Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer, localizada à Rua Independência, 111 - Centro, Jarinu/SP - CEP 13240-000; horário de atendimento: segunda a sexta-feira, 8h às 17h

- formulário de inscrição (Anexo II) **(OBRIGATÓRIO)**
- Anexo VIII, onde constam modelo do projeto e planilha orçamentária; **(OBRIGATÓRIO)**
- breve currículo do proponente e da equipe; **(OBRIGATÓRIO)**
- documentos pessoais do proponente CPF e RG; **(OBRIGATÓRIO)**
- documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
- outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
- declaração de representação de grupo ou coletivo; declaração étnico-racial, declaração de pessoa com deficiência ou declaração de pessoa LGBTQIAP+, quando for o caso.



ANEXO IX

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, VOZ E SOM

Eu, _____, portador(a) do CPF _____, AUTORIZO a [NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA], sediado(a) em [ENDEREÇO], a utilizar a minha imagem, em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e voz, capturados no projeto: _____, n. _____, da Lei Paulo Gustavo no município.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as mídias que o projeto for divulgado, por prazo indeterminado.

Por meio desta autorização ora concedida, autorizo ainda a realizar nas imagens e sons captados, cortes, reduções e edições.

Esta autorização não gera e não gerará no futuro e também não ensejará interpretação de existir quaisquer vínculos ou obrigações trabalhistas, securitárias, previdenciárias, indenizatórias, ou mesmo empregatícia, entre o(a) cedente e a [NOME DA INSTITUIÇÃO ou PESSOA FÍSICA].

DECLARO, portanto, que estou de acordo com essas imagens, que não violam os direitos de imagem e de privacidade do cedente, e que tenho ciência que este material constituído por imagens e sons pertence exclusivamente [NOME DA INSTITUIÇÃO ou PESSOA FÍSICA], que poderá usá-lo a seu exclusivo critério.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Cedente



ANEXO XI

DECLARAÇÃO PARA PESSOA LGBTQIA+

Eu, _____, CPF nº _____, RG nº _____, DECLARO, para fins de participação no Edital 01/2024 - Fomento à Execução de Oficinas Culturais "Demais áreas Culturais" - Lei Paulo Gustavo, que me identifiquei como pessoa _____, me enquadrando, portanto, na sigla LGBTQIA+.

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação no Edital e aplicação de sanções criminais.

DATA

ASSINATURA DO DECLARANTE



ANEXO X

DECLARAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Eu, _____, CPF nº _____, RG nº _____, DECLARO, para fins de participação no Edital 01/2024 - Fomento à Execução de Oficinas Culturais "Demais áreas Culturais" - Lei Paulo Gustavo, que sou pessoa com deficiência, nos termos da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação no Edital e aplicação de sanções criminais.

DATA

ASSINATURA DO DECLARANTE

CONSELHOS MUNICIPAIS | Atos dos Conselhos

EDITAL 01 - DIVULGA O REGISTRO DAS CANDIDATURAS

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, designada pelo Conselho Municipal do Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) nos termos da Resolução nº 03/2021 e alterações, responsável pela organização e pela condução do processo de escolha dos candidatos a suplente do conselho tutelar, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com cláusula 6.5 da resolução nº 04/2032, que dispõe sobre a convocação para eleição suplementar do conselho tutelar de Jarinu/SP, após análise da documentação conferidas pelos respectivos membros e representante do Ministério Público, faz publicar o presente EDITAL CONTENDO O NOME DOS CANDIDATOS INSCRITOS COM CANDIDATURA REGISTRADA, a saber:

CANDIDATOS REGISTRADOS

- 1 - Amanda Bohema da Cruz
- 2 - Eva Aparecida Placidio Garcia
- 3 - Fabiana Biasin
- 4 - Heloara Cardoso Ezequiel
- 5 - Jucileila Dourado Cerqueira
- 6 - Sara Arleide Coelho dos Santos
- 7 - Sueli Sousa Lima
- 8 - Vanessa Santos Porto

O presente edital será publicado no Diário Oficial do Município de Jarinu, veiculado na forma eletrônica, na Edição



de nº 269, datado de 17 de maio de 2024, sendo facultado a quaisquer dos candidatos, eleitores e demais interessados a apresentação de impugnação no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação deste edital, para a impugnação de qualquer eleitor;

Ocorrendo a impugnação do registro da candidatura, o candidato respectivo será notificado para apresentar defesa no prazo de 01 (um) dia útil, remetendo-se após os autos ao representante do Ministério Público, para que, em 3 (três) dias úteis, emita seu parecer. Ao final, se for o caso, os autos serão enviados ao CMDCA para que, no prazo de 01 (um) dia útil, proferira decisão.

A apresentação de impugnação deverá ocorrer de forma presencial, mediante formulário próprio, no prazo acima estipulado, no horário das 08h30 min às 12h00 min horas, em dias úteis, no prédio da Casa dos Conselhos, situado na Rua Leão Rachman, nº 51, Centro - Jarinu (próximo ao conselho tutelar).

E por motivo de transparência, para chegar ao conhecimento de todos, este edital será publicado em sua íntegra nos sites www.camaraguareti.sp.gov.br e www.planexcon.com.br e na forma de extrato no Jornal de circulação no município (Aliança Artes Gráficas).

Jarinu, 17 de maio de 2024.

Daiane C. S. Santos
Aldezita Teles de Souza
Anna Paula Piloto de Abreu
Ketlyn Neves Abreu
Cleide C. R. M. Santos

**FINANÇAS | Demonstrativos****PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU**ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Finanças**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS - conforme artigo nº. 162 - CF.**
Abril 2024

Código	Receita	No Mês	No Ano
		R\$	R\$
1000.00.00.00	Receitas Correntes	19.703.174,88	87.198.525,41
1100.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuição	5.181.301,76	27.310.412,06
1200.00.00.00	Contribuições	239.181,93	952.245,93
1300.00.00.00	Receita Patrimonial	286.234,33	970.491,24
1400.00.00.00	Receita Agropecuária	0,00	0,00
1500.00.00.00	Receita Industrial	0,00	0,00
1600.00.00.00	Receita de Serviços	7.523,78	58.172,62
1700.00.00.00	Transferências Correntes	13.963.847,64	57.763.380,37
1900.00.00.00	Outras Receitas Correntes	25.085,44	143.823,19
2000.00.00.00	Receitas de Capital	0,00	1.500.000,00
2100.00.00.00	Operações de Crédito	0,00	0,00
2200.00.00.00	Alienação de Bens	0,00	0,00
2300.00.00.00	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
2400.00.00.00	Transferências de Capital	0,00	1.500.000,00
2500.00.00.00	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Total das Receitas		19.703.174,88	88.698.525,41

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita MunicipalRAFAEL CARDOSO DE PAIVA
Controle InternoSANDRO LUIS CAZELA
Contador CRC 1 SP 208.756



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Finanças

Notificação aos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais do município em conformidade com a

Lei nº. 9452/97

Abril 2024

Código	Receita	No Mês	No Ano
		R\$	R\$
1711.51.11.00.00	Cota-Parte Fundo de Participação dos Municípios	2.885.919,61	13.296.519,71
1711.52.01.00.00	Cota-Parte do ITR	632,00	4.430,87
1712.51.01.00.00	Cota-Parte Comp. Finan. Rec. Minerais CFEM	2.084,97	23.172,34
1712.52.41.00.00	Cota-Parte Fundo Especial Petróleo-FEP	74.837,96	303.933,32
1713.50.11.02.00	PACS - Programa Agente Comunitário de Saúde	101.664,00	403.832,00
1713.50.11.07.00	Incremento Temporário Custeio Serviços de Atenção	-	1.684.904,76
1713.50.11.09.00	Incentivo Financeiro da APS - Desempenho	16.260,79	65.673,02
1713.50.11.10.00	Incentivo pra Ações Estratégicas	1.000,00	2.000,00
1713.50.11.11.00	Incentivo Financeiro da APS - Capitação Ponderado	120.532,62	481.560,76
1713.50.11.12.00	Programa Informatiza APS	3.400,00	13.600,00
1713.50.11.17.00	Piso de Enfermagem	21.784,22	65.352,66
1713.50.21.01.00	Atenção a Saúde o MAC	27.938,97	111.755,88
1713.50.21.02.00	Incremento Temporário Custeio MAC	-	200.000,00
1713.50.31.01.00	Assistência Financeira Complementar para Agentes de	11.559,76	78.284,78
1713.50.31.02.00	Incentivo Financeiro para a Vigilância em Saúde	8.064,00	8.064,00
1713.50.41.01.00	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos	9.639,12	65.896,48
1714.50.01.00.00	Transferências do Salário Educação	182.077,25	1.232.838,46
1714.52.01.00.00	PNAE - Alimentação Escolar -FNDE	125.423,60	379.371,60
1714.53.01.00.00	PNATE - Transporte Escolar -FNDE	132.062,85	132.062,85
1714.99.01.05.00	Programa de Apoio a Novas Turmas de Educação	-	162.549,60
1715.52.01.01.00	Transf. Rec. FUNDEB-VAAR	86.598,96	385.220,36
1716.50.01.01.00	BL PCSEACC - FNAS - Lar	4.000,00	18.478,89
1716.50.01.02.00	PAIF (Proteção e Atenção Integral a Família)	6.720,00	20.160,00
1716.50.01.03.00	FNAS - Proteção Especial	6.960,00	32.153,27
1716.50.01.04.00	IGD - Gestão Bolsa Família	4.204,31	18.767,70
1719.99.01.06.00	Compensação da União PLP 133/2020 Lei Kandir	16.349,30	65.397,20
1719.99.01.07.00	MTUR/SECULT -Aldir Blanc	294.041,77	294.041,77
Total das Receitas		4.143.756,07	19.550.022,28

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

RAFAEL CARDOSO DE PAIVA
Controle Interno

SANDRO LUIS CAZELA
Contador CRC 1 SP 208.756



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Finanças

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTARIO
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

MUNICIPIO DE JARINU - 2º BIMESTRE DE 2024

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	222.006.000,00	222.006.000,00	44.980.753,98	20,26%	87.198.525,41	39,28%	134.807.474,59
Receitas Correntes	221.772.000,00	221.772.000,00	44.980.753,98	20,28%	87.198.525,41	39,32%	134.573.474,59
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	69.472.200,00	69.472.200,00	17.610.225,02	25,35%	27.310.412,06	39,31%	42.161.787,94
Impostos	66.326.000,00	66.326.000,00	16.968.006,09	25,58%	26.393.778,25	39,79%	39.932.221,75
Taxas	3.128.200,00	3.128.200,00	642.223,33	20,53%	916.577,03	29,30%	2.211.622,97
Contribuição de Melhoria	18.000,00	18.000,00	-4,40	-0,02%	56,78	0,32%	17.943,22
Contribuições	2.860.000,00	2.860.000,00	469.340,21	16,41%	952.245,93	33,30%	1.907.754,07
Contribuição P/ o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	2.860.000,00	2.860.000,00	469.340,21	16,41%	952.245,93	33,30%	1.907.754,07
Receita Patrimonial	2.756.600,00	2.756.600,00	549.554,98	19,94%	970.491,24	35,21%	1.786.108,76
Valores Mobiliários	2.756.600,00	2.756.600,00	549.554,98	19,94%	970.491,24	35,21%	1.786.108,76
Receita de Serviços	230.000,00	230.000,00	24.359,21	10,59%	58.172,62	25,29%	171.827,38
Outros Serviços	230.000,00	230.000,00	24.359,21	10,59%	58.172,62	25,29%	171.827,38
Transferências Correntes	145.768.200,00	145.768.200,00	26.267.504,92	18,02%	57.763.380,37	39,63%	88.004.819,63
Transf. da União e de suas Entidades	52.557.600,00	52.557.600,00	7.962.148,82	15,15%	19.550.022,28	37,20%	33.007.577,72
Transf. Estados do DF e de suas Entidades	60.255.600,00	60.255.600,00	12.489.869,09	20,73%	25.759.436,46	42,75%	34.496.163,54
Transf. de Instituições Privadas	5.000,00	5.000,00	14.691,48	0,00%	14.691,48	0,00%	9.691,48
Transf. de Outras Instituições Públicas	32.950.000,00	32.950.000,00	5.800.795,53	17,60%	12.439.230,16	37,75%	20.510.769,84
Outras Receitas Correntes	685.000,00	685.000,00	59.769,64	8,73%	143.823,19	21,00%	541.176,81
Multas Admin., Contratuais e Judiciais	415.000,00	415.000,00	51.854,85	12,50%	111.525,05	26,87%	303.474,95
Demais Receitas Correntes	270.000,00	270.000,00	7.914,79	2,93%	32.298,14	11,96%	237.701,86
Receitas de Capital	234.000,00	234.000,00	-	0,00%	-	0,00%	234.000,00
Alienação de Bens	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00%	-	-	230.000,00
Alienação de Bens Móveis	130.000,00	130.000,00	0,00	-	-	-	130.000,00
Alienação de Bens Imóveis	100.000,00	100.000,00	0,00	-	-	-	100.000,00
Transferências de Capital	4.000,00	4.000,00	-	-	-	-	4.000,00
Transf. da União e de suas Entidades	1.000,00	1.000,00	0,00	-	-	0,00%	1.000,00
Transf. dos Estados e do DF e de suas Entidades	3.000,00	3.000,00	-	-	-	-	3.000,00
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	-	-	-	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	222.006.000,00	222.006.000,00	44.980.753,98	20,26%	87.198.525,41	39,28%	134.807.474,59
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	20.000.000,00	20.000.000,00	-	-	1.500.000,00	-	18.500.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	20.000.000,00	20.000.000,00	-	-	1.500.000,00	-	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	-	-	-	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	242.006.000,00	242.006.000,00	44.980.753,98	18,59%	88.698.525,41	36,65%	153.307.474,59
DÉFICIT (VI)¹	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	242.006.000,00	242.006.000,00	44.980.753,98	18,59%	88.698.525,41	36,65%	153.307.474,59
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado p/ Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	SALDO (g) = (e-f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	SALDO = (e-h) (i)		
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	242.006.000,00	251.445.391,51	26.106.888,04	111.317.910,61	140.127.480,90	37.092.902,68	60.384.783,39	191.060.608,12	57.727.440,47	0,00
DESPESAS CORRENTES	206.874.609,00	214.317.836,80	26.000.618,39	96.214.575,14	118.103.261,66	33.856.540,86	54.967.533,63	159.350.303,17	52.321.149,74	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	104.186.447,96	104.186.315,96	14.581.158,62	27.439.130,18	76.747.185,78	14.581.158,62	27.439.130,18	76.747.185,78	26.390.756,12	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	9.402.000,00	7.802.971,85	0,00	5.198.451,80	2.604.520,05	616.213,18	1.182.628,24	6.620.343,61	1.182.628,24	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	93.286.161,04	102.328.548,99	11.419.459,77	63.576.993,16	38.751.555,83	18.659.169,06	26.345.775,21	75.982.773,78	24.747.765,38	-
DESPESAS DE CAPITAL	34.531.391,00	36.527.554,71	106.269,65	15.103.335,47	21.424.219,24	3.236.361,82	5.417.249,76	31.110.304,95	5.406.290,73	-
INVESTIMENTOS	20.983.391,00	22.969.554,71	96.269,65	1.572.142,07	21.397.412,64	1.043.663,66	1.048.471,59	21.921.083,12	1.037.512,56	-
AMORTIZAÇÃO / REFIN. DA DÍVIDA	13.548.000,00	13.558.000,00	10.000,00	13.531.193,40	26.806,60	2.192.698,16	4.368.778,17	9.189.221,83	4.368.778,17	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	242.006.000,00	251.445.391,51	26.106.888,04	111.317.910,61	140.127.480,90	37.092.902,68	60.384.783,39	191.060.608,12	57.727.440,47	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	242.006.000,00	251.445.391,51	26.106.888,04	111.317.910,61	140.127.480,90	37.092.902,68	60.384.783,39	191.060.608,12	57.727.440,47	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-22.619.385,20	-	-	28.313.742,02	-	30.971.084,94	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	242.006.000,00	251.445.391,51	26.106.888,04	88.698.525,41	162.746.866,10	37.092.902,68	88.698.525,41	162.746.866,10	88.698.525,41	0,00

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

SANDRO LUIS CAZELA
Contador - CRC 1SP-208.756

RAFAEL CARDOSO DE PAIVA
Controle Interno



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Finanças

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'C')

MUNICÍPIO DE JARINU
2º BIMESTRE DE 2024

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre	% (d/Total d)		
		(a)		(b)				(d)			
DESPESAS(EXCETO INTRA	242.006.000,00	251.445.391,51	26.106.888,04	111.317.910,61	100,00	140.127.480,90	37.092.902,68	60.384.783,39	100,00	191.060.608,12	0,00
Legislativa - 01	6.000.000,00	6.000.000,00	676.870,66	2.054.397,29	1,85%	3.945.602,71	824.695,02	1.591.067,50	2,63%	4.408.932,50	0,00
Ação Legislativa - 31	1.513.293,00	1.513.293,00	202.139,32	515.703,26	0,46%	997.589,74	227.206,93	421.669,90	0,70%	1.091.623,10	
Administração Geral - 122	4.231.505,00	4.231.505,00	474.731,34	1.538.694,03	1,38%	2.692.810,97	597.488,09	1.169.397,60	1,94%	3.062.107,40	
Controle Interno - 124	255.202,00	255.202,00	0,00	0,00	0,00%	255.202,00	0,00	0,00	0,00%	255.202,00	
Judiciária - 02	1.991.000,00	1.990.500,00	252.839,89	698.167,07	0,63%	1.292.332,93	307.981,45	587.214,03	0,97%	1.403.285,97	0,00
Ação Judiciária - 61	655.000,00	634.215,42	24.808,90	240.654,78	0,22%	393.560,64	75.301,00	136.681,22	0,23%	497.534,20	
Representação Judicial e Extrajudicial - 92	1.336.000,00	1.356.284,58	228.030,99	457.512,29	0,41%	898.772,29	232.680,45	450.532,81	0,75%	905.751,77	
Administração - 04	15.456.000,00	15.452.996,00	989.130,86	7.302.172,38	6,56%	8.150.823,62	2.187.578,15	3.919.825,39	6,49%	11.533.170,61	0,00
Administração Geral - 122	6.017.000,00	6.014.000,00	514.437,77	2.713.573,69	2,44%	3.300.426,31	948.700,84	1.758.416,63	2,91%	4.255.583,37	
Administração Financeira - 123	9.313.000,00	9.312.996,00	460.981,28	4.556.691,86	4,09%	4.756.304,14	1.222.553,14	2.132.696,81	3,53%	7.180.299,19	
Controle Interno - 124	113.000,00	113.000,00	13.711,81	31.906,83	0,03%	81.093,17	16.324,17	28.711,95	0,05%	84.288,05	
Serviços Urbanos - 452	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00%	13.000,00	0,00	0,00	0,00%	13.000,00	
Direitos da Cidadania - 14	835.000,00	845.000,00	51.517,48	137.489,21	0,12%	707.510,79	61.687,61	120.698,69	0,20%	724.301,31	0,00
Direitos individuais, Coletivos - 422	372.000,00	372.000,00	0,00	10.465,20	0,01%	361.534,80	3.487,09	5.230,58	0,01%	366.769,42	
Defesa Civil - 182	463.000,00	473.000,00	51.517,48	127.024,01	0,11%	345.975,99	58.200,52	115.468,11	0,19%	357.531,89	
Ciência e Tecnologia - 19	274.000,00	274.000,00	0,00	67.958,40	0,06%	206.041,60	15.582,36	23.583,52	0,04%	250.416,48	0,00
Tecnologia da Informação - 126	274.000,00	274.000,00	0,00	67.958,40	0,06%	206.041,60	15.582,36	23.583,52	0,04%	250.416,48	
Transporte - 26	3.650.000,00	3.831.989,50	-10.380,00	3.465.938,50	3,11%	366.051,00	979.076,37	1.012.792,65	1,68%	2.819.196,85	0,00
Transporte Rodoviário - 782	3.650.000,00	3.831.989,50	-10.380,00	3.465.938,50	3,11%	366.051,00	979.076,37	1.012.792,65	1,68%	2.819.196,85	
Segurança Pública - 06	4.208.000,00	4.488.411,38	446.527,92	1.678.373,15	1,51%	2.810.038,23	500.538,98	928.300,09	1,54%	3.560.111,29	0,00
Policiamento - 181	4.208.000,00	4.488.411,38	446.527,92	1.678.373,15	1,51%	2.810.038,23	500.538,98	928.300,09	1,54%	3.560.111,29	
Assistência Social - 08	5.900.000,00	6.361.898,63	447.402,49	2.855.295,71	2,56%	3.506.602,92	766.082,36	1.593.001,38	2,64%	4.768.897,25	0,00
Assistência ao Idoso - 241	76.769,84	76.769,84	-	35.811,69	0,03%	40.958,15	7.958,14	15.916,28	0,03%	60.853,56	
Assistência ao Portador de Deficiência - 242	538.754,16	538.754,16	-	538.754,16	0,48%	0,00	89.792,36	179.584,72	0,30%	359.169,44	
Assistência à Criança e ao Adolescente - 243	1.406.076,00	1.690.910,63	89.838,57	882.323,51	0,79%	808.587,12	204.365,39	409.307,68	0,68%	1.281.602,95	
Assistência Comunitária - 244	3.878.400,00	4.055.464,00	357.563,92	1.398.406,35	1,26%	2.657.057,65	463.966,47	988.192,70	1,64%	3.067.271,30	
Saúde - 10	55.656.000,00	60.204.211,91	10.633.410,70	23.711.272,23	21,30%	36.492.939,68	8.592.389,90	15.312.682,49	25,36%	44.891.529,42	0,00
Atenção Básica - 301	53.852.727,65	57.815.344,01	10.492.223,41	23.415.286,61	21,03%	34.400.057,40	8.466.271,28	15.070.866,53	24,96%	42.744.477,48	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial - 302	454.600,00	708.491,49	0,00	0,00	0,00%	708.491,49	0,00	0,00	0,00%	708.491,49	
Suporte Profilático e Terapêutico - 303	130.200,00	130.200,00	16.742,60	16.742,60	0,02%	113.457,40	1.830,24	1.830,24	0,00%	128.369,76	
Vigilância Sanitária - 304	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00%	8.000,00	0,00	0,00	0,00%	8.000,00	
Vigilância Epidemiológica - 305	1.210.472,35	1.542.176,41	124.444,69	279.243,02	0,25%	1.262.933,39	124.288,38	239.985,72	0,40%	1.302.190,69	
Educação - 12	73.828.000,00	75.762.099,15	8.403.487,52	27.476.629,20	24,68%	48.285.469,95	12.109.611,59	18.329.197,89	30,35%	57.432.901,26	0,00
Alimentação e Nutrição - 306	2.690.000,00	2.690.000,00	0,00	2.517.137,16	2,26%	172.862,84	1.010.104,93	1.058.979,93	1,75%	1.631.020,07	
Ensino Fundamental - 361	49.053.600,00	50.776.130,28	5.726.307,73	18.576.714,02	16,69%	32.199.416,26	7.872.370,64	11.776.043,53	19,50%	39.000.086,75	
Ensino Médio - 362	28.000,00	28.000,00	0,00	28.000,00	0,03%	0,00	0,00	0,00	0,00%	28.000,00	
Ensino Superior - 364	1.016.000,00	1.016.000,00	0,00	508.000,00	0,46%	508.000,00	183.753,36	269.310,48	0,45%	746.689,52	
Educação Infantil - 365	21.040.400,00	21.251.968,87	2.677.179,79	5.846.778,02	5,25%	15.405.190,85	3.043.382,66	5.224.863,95	8,65%	16.027.104,92	
Cultura - 13	1.266.000,00	1.396.389,61	185.986,48	398.837,73	0,36%	997.551,88	190.608,99	285.502,85	0,47%	1.110.886,76	0,00
Difusão Cultural - 392	1.266.000,00	1.396.389,61	185.986,48	398.837,73	0,36%	997.551,88	190.608,99	285.502,85	0,47%	1.110.886,76	
Comércio e Serviços - 23	1.282.000,00	1.282.000,00	331.984,54	701.743,23	0,63%	580.256,77	209.204,29	327.752,43	0,54%	954.247,57	0,00
Fomento ao Trabalho - 334	1.282.000,00	1.282.000,00	331.984,54	701.743,23	0,63%	580.256,77	209.204,29	327.752,43	0,54%	954.247,57	
Urbanismo - 15	39.640.200,00	40.852.368,48	2.840.105,59	15.043.150,34	13,51%	25.809.218,14	5.578.637,72	7.697.999,40	12,75%	33.154.369,08	0,00
Infra-Estrutura Urbana - 451	21.857.200,00	21.919.169,80	346.026,58	2.096.194,95	1,88%	19.822.974,85	1.300.444,44	1.560.357,22	2,58%	20.358.812,58	
Serviços Urbanos - 452	17.783.000,00	18.933.198,68	2.494.079,01	12.946.955,39	11,63%	5.986.243,29	4.278.193,28	6.137.642,18	10,16%	12.795.556,50	
Gestão Ambiental - 18	480.000,00	627.081,85	20.211,99	134.085,36	0,12%	492.996,49	44.763,20	62.503,32	0,10%	564.578,53	0,00
Controle Ambiental - 542	480.000,00	627.081,85	20.211,99	134.085,36	0,12%	492.996,49	44.763,20	62.503,32	0,10%	564.578,53	
Comunicações - 24	194.000,00	194.000,00	23.176,26	46.335,47	0,04%	147.664,53	23.176,26	46.335,47	0,08%	147.664,53	0,00
Comunicação Social - 131	194.000,00	194.000,00	23.176,26	46.335,47	0,04%	147.664,53	23.176,26	46.335,47	0,08%	147.664,53	
Agricultura - 20	2.099.000,00	2.154.558,54	305.160,39	762.967,50	0,69%	1.391.591,04	385.634,53	600.122,61	0,99%	1.554.435,93	0,00
Administração Geral - 122	20.000,00	17.800,00	2.000,00	4.000,00	0,00%	13.800,00	2.000,00	4.000,00	0,01%	13.800,00	
Extensão Rural - 606	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00%	3.000,00	0,00	0,00	0,00%	3.000,00	
Promoção da Produção Agropecuária - 608	552.200,00	609.958,54	152.775,51	265.076,86	0,24%	344.881,68	105.266,24	156.835,65	0,26%	453.122,89	
Defesa Agropecuária - 609	1.523.800,00	1.523.800,00	150.384,88	493.890,64	0,44%	1.029.909,36	278.368,29	439.286,96	0,73%	1.084.513,04	
Energia - 25	3.005.800,00	4.695.601,55	0,00	4.328.165,75	3,89%	367.435,80	694.998,70	1.259.853,45	2,09%	3.435.748,10	0,00
Conservação de Energia - 751	3.005.800,00	4.695.601,55	-	4.328.165,75	3,89%	367.435,80	694.998,70	1.259.853,45	2,09%	3.435.748,10	
Desporto e Lazer - 27	2.691.000,00	3.071.313,06	499.455,27	1.725.286,89	1,55%	1.346.026,17	811.743,86	1.134.943,82	1,88%	1.936.369,24	0,00
Turismo - 695	723.000,00	728.000,00	101.576,85	205.726,73	0,18%	522.273,27	116.143,96	198.665,90	0,33%	529.334,10	
Lazer - 813	1.968.000,00	2.343.313,06	397.878,42	1.519.560,16	1,37%	823.752,90	695.599,90	936.277,92	1,55%	1.407.035,14	
Encargos Especiais 28	22.950.000,00	21.360.971,85	10.000,00	18.729.645,20	16,83%	2.631.326,65	2.808.911,34	5.551.406,41	9,19%	15.809.565,44	0,00
Serviço da Dívida Interna - 843	22.950.000,00	21.360.971,85	10.000,00	18.729.645,20	16,83%	2.631.326,65	2.808.911,34	5.551.406,41	9,19%	15.809.565,44	
Reserva de Contingência	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00%	600.000,00	0,00	0,00	0,00%	600.000,00	0,00
Reserva de Contingência	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III)=(I+II)	242										

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU**ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Finanças**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA****RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

MUNICÍPIO DE JARINU

2º BIMESTRE DE 2024

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												Total Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2022
	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	set/23	out/23	nov/23	dez/23	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24		
RECEITAS CORRENTES (I)	19.940.991,78	17.945.986,32	16.324.814,93	17.611.489,68	16.543.341,33	17.860.482,18	19.664.690,55	24.783.527,80	24.868.480,91	22.259.195,39	27.194.311,15	21.867.885,48	246.865.197,50	246.475.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.258.846,31	5.526.178,73	4.072.561,45	4.662.814,36	4.078.864,69	4.274.574,65	5.619.127,53	5.575.994,08	4.055.799,39	5.644.387,65	12.428.923,26	5.181.301,76	65.379.373,86	72.102.000,00
IPTU	1.788.783,97	1.602.483,21	1.607.856,48	1.591.859,61	1.398.214,26	1.487.214,37	1.503.358,38	1.514.565,98	908.379,18	2.684.383,28	8.558.402,47	1.755.220,20	26.400.721,39	31.742.000,00
ISS	1.348.665,75	2.251.166,40	1.371.815,67	1.932.665,39	1.638.938,69	1.606.235,58	2.487.710,38	1.766.072,12	2.161.946,91	1.739.386,22	2.117.763,76	2.000.352,41	22.422.719,28	21.515.000,00
ITBI	368.558,25	916.837,39	335.925,70	469.597,09	258.480,16	393.392,41	460.333,88	627.041,14	418.444,43	444.223,01	557.886,07	439.810,12	5.690.529,65	6.666.000,00
IRRF	551.914,72	545.869,92	644.259,77	539.244,73	626.088,44	642.230,93	718.973,57	1.501.762,27	445.701,71	623.307,42	798.722,04	739.849,02	8.377.924,54	9.024.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	200.923,62	209.821,81	112.703,83	129.447,54	157.143,14	145.501,36	448.751,32	166.552,57	121.327,16	153.087,72	396.148,92	246.070,01	2.487.479,00	3.155.000,00
Contribuições	213.747,92	228.832,28	215.918,60	213.778,59	224.311,41	221.212,26	227.719,75	220.166,90	237.461,97	245.443,75	230.158,28	239.181,93	2.717.933,64	2.860.000,00
Receita Patrimonial	281.710,88	251.117,22	254.761,79	250.508,41	202.900,65	190.960,07	186.672,75	196.364,66	201.393,21	219.543,05	263.320,65	286.234,33	2.785.487,67	2.756.600,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	281.710,88	251.117,22	254.761,79	250.508,41	202.900,65	190.960,07	186.672,75	196.364,66	201.393,21	219.543,05	263.320,65	286.234,33	2.785.487,67	2.756.600,00
Receita de Serviços	12.014,04	8.809,62	16.273,30	16.669,56	15.364,18	11.790,21	16.387,88	5.601,17	18.292,00	15.521,41	16.835,43	7.523,78	161.082,58	230.000,00
Transferências Correntes	15.115.013,13	11.893.135,33	11.725.440,21	12.409.610,41	11.974.455,05	13.125.641,37	13.552.143,59	18.728.957,84	20.300.958,51	16.104.821,81	14.220.389,33	16.128.558,24	175.279.124,82	167.841.400,00
Cota-Parte do FPM	3.356.914,87	3.135.333,31	4.208.899,14	3.008.909,86	3.067.278,73	2.848.773,66	3.696.182,53	5.869.797,22	4.057.155,59	5.516.721,24	3.439.373,14	3.607.399,48	45.812.738,77	49.660.000,00
Cota-Parte do ICMS	5.730.170,53	3.568.548,74	3.996.588,50	4.380.547,68	4.265.091,12	4.912.431,96	3.826.589,88	4.509.016,29	5.832.519,84	4.612.588,50	5.168.259,20	6.277.868,86	57.080.221,10	54.800.000,00
Cota-Parte do IPVA	740.506,74	243.330,32	300.999,79	311.550,32	316.059,67	280.461,84	258.549,82	311.638,65	3.215.929,78	1.241.012,21	942.476,12	891.969,51	9.054.484,77	9.350.000,00
Cota-Parte do ITR	554,50	822,74	778,4	1038,32	14524,74	61250,77	840,88	2397,04	3.556,62	917,50	274,42	789,98	87.745,91	11.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do IPI	21.957,51	24.887,12	25.670,15	21.413,94	22.795,68	32.910,43	25.048,89	26.574,25	38.172,09	30.950,35	33.277,07	45.524,59	349.182,07	305.000,00
Transferências do FUNDEB	3.292.386,38	2.018.745,57	2.168.700,38	2.409.926,68	2.303.592,87	2.654.742,60	2.146.111,25	2.556.084,87	3.940.016,94	2.698.417,69	2.669.918,11	3.130.877,42	31.989.520,76	33.495.000,00
Outras Transferências Correntes	1.972.522,60	2.901.467,53	1.023.803,85	2.276.223,61	1.985.112,24	2.335.070,11	3.598.820,34	5.453.449,52	3.213.607,65	2.004.214,32	1.966.811,27	2.174.128,40	30.905.231,44	20.220.400,00
Outras Receitas Correntes	59.659,50	37.913,14	39.859,58	58.108,35	47.445,35	36.303,62	62.639,05	56.443,15	54.575,83	29.477,72	34.684,20	25.085,44	542.194,93	685.000,00
DEDUÇÕES (II)	1.980.508,70	1.394.584,51	1.387.815,88	1.544.692,11	1.494.364,77	1.627.165,83	1.561.442,48	1.783.279,66	2.629.466,87	2.280.437,99	1.916.732,05	2.164.710,60	21.765.201,46	22.073.200,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.980.508,70	1.394.584,51	1.387.815,88	1.544.692,11	1.494.364,77	1.627.165,83	1.561.442,48	1.783.279,66	2.629.466,87	2.280.437,99	1.916.732,05	2.164.710,60	21.765.201,46	22.073.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	17.960.483,08	16.551.401,81	14.936.999,05	16.066.797,57	15.048.976,56	16.233.316,35	18.103.248,07	20.500.248,14	22.239.014,04	19.978.757,40	25.277.579,10	19.703.174,88	222.599.996,04	224.401.800,00

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita MunicipalSANDRO LUIS CAZELA
Contador - CRC 1SP-208.756RAFAEL CARDOSO DE PAIVA
Controle Interno**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU**

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Finanças

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E DAS RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS AS PENSÕES E INATIVOS**

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

RREO - Anexo 04 (LRF, art. 53, inciso II)

MUNICÍPIO DE JARINU

2º BIMESTRE 2024

O Município de Jarinu SP, não possui Regime Proprio de Previdencia (R.P.P.S)

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita MunicipalSANDRO LUIS CAZELA
Contador - CRC 1SP-208.756RAFAEL CARDOSO DE PAIVA
Controle Interno

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU**ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Finanças**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESULTADO PRIMARIO É NOMINAL**
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
RREO - Anexo 6 (LRF, Art. 53, inciso III)

MUNICÍPIO DE JARINU - 2º BIMESTRE DE 2024

RECEITAS PRIMÁRIAS	Previsão Atualizada	ACIMA DA LINHA	
		Até o Bimestre/2024	
		Receitas Realizadas (a)	
RECEITAS CORRENTES(I)	221.772.000,00	87.198.525,41	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	69.472.200,00	27.310.412,06	
IPTU	29.144.500,00	13.906.385,13	
ISS	21.498.500,00	8.019.449,30	
ITBI	6.659.000,00	1.860.363,63	
IRRF	9.024.000,00	2.607.580,19	
Outros Impostos, Taxas, e Contribuições de Melhoria	3.146.200,00	916.633,81	
Contribuições	2.860.000,00	952.245,93	
Receita Patrimonial	2.756.600,00	970.491,24	
Aplicações Financeiras (II)	2.756.600,00	970.491,24	
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	
Transferências Correntes	145.768.200,00	57.763.380,37	
Cota-Parte do FPM	40.480.000,00	13.296.519,71	
Cota-Parte do ICMS	43.840.000,00	17.630.693,63	
Cota-Parte do IPVA	7.480.000,00	4.915.405,13	
Cota-Parte do ITR	8.800,00	4.430,87	
Transferências da LC 87/1996	-	-	
Transferências da LC 61/1989	244.000,00	118.339,23	
Transferências do FUNDEB	32.950.000,00	12.439.230,16	
Outras Transferências Correntes	20.765.400,00	9.358.761,64	
Demais Receitas Correntes	915.000,00	201.995,81	
Outras Receitas Financeiras (III)	-	-	
Receitas Correntes Restantes	915.000,00	201.995,81	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	219.015.400,00	86.228.034,17	
RECEITAS DE CAPITAL (V)	20.234.000,00	1.500.000,00	
Operações de Crédito (VI)	20.000.000,00	1.500.000,00	
Amortização de Empréstimos (VII)	-	-	
Alienação de Bens	230.000,00	0	
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	-	-	
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	-	-	
Outras Alienações de Bens	230.000,00	-	
Transferências de Capital	4.000,00	0,00	
Convênios	3.000,00	0,00	
Outras Transferências de Capital	1.000,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	-	-	
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	-	-	
Outras Receitas de Capital Primárias	-	-	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - X)	234.000,00	0,00	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	219.249.400,00	86.228.034,17	

DESPESAS PRIMÁRIAS	Dotação Atualizada	Até o Bimestre/2024					
		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (a)	Restos a Pagar Processados (b)	Restos a Pagar não Processados	
						Liquidados	Pagos (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	214.317.836,80	96.214.575,14	54.967.533,63	52.321.149,74	3.748.790,35	4.358.211,75	4.266.539,22
Pessoal e Encargos Sociais	104.186.315,96	27.439.130,18	27.439.130,18	26.390.756,12	2.006.628,76	-	-
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	7.802.971,85	5.198.451,80	1.182.628,24	1.182.628,24	-	-	-
Outras Despesas Correntes	102.328.548,99	63.576.993,16	26.345.775,21	24.747.765,38	1.742.161,59	4.358.211,75	4.266.539,22
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	206.514.864,95	91.016.123,34	53.784.905,39	51.138.521,50	3.748.790,35	4.358.211,75	4.266.539,22
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	36.527.554,71	15.103.335,47	5.417.249,76	5.406.290,73	3.998,94	1.899.667,68	1.800.611,15
Investimentos	22.969.554,71	1.572.142,07	1.048.471,59	1.037.512,56	3.998,94	1.899.667,68	1.800.611,15
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XX)	13.558.000,00	13.531.193,40	4.368.778,17	4.368.778,17	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	22.969.554,71	1.572.142,07	1.048.471,59	1.037.512,56	3.998,94	1.899.667,68	1.800.611,15
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	600.000,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	230.084.419,66	92.588.265,41	54.833.376,98	52.176.034,06	3.752.789,29	6.257.879,43	6.067.150,37
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]							24.232.060,45
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMARIO Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício							13.011.550,00



JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre 2024	
	VALOR INCORRIDO	
Juros , Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		970.491,24
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		1.182.628,24
RESULTADO NOMINAL-Acima da Linha (XXVI) XXIV + (XXV - XXV)		24.019.923,45
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referencia		0
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2023 (a)	Até o Bimestre (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	81.183.618,00	76.849.962,43
DEDUÇÕES (XXIX)	7.166.270,82	32.774.802,27
Disponibilidade de Caixa	7.166.270,16	32.774.801,61
Disponibilidade de Caixa BrutaHaveres Financeiros	21.033.269,94	43.333.844,32
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	7.960.271,95	4.292.614,47
(-) Depósitos Restituíveis	5.906.727,83	6.266.428,24
Demais Haveres Financeiros	0,66	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA (XXXI) = (XXVIII-XXIX)	74.017.347,18	44.075.160,16
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	29.942.187,02	
AJUSTE METODOLÓGICO		Até o Bimestre 2024
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXX - XXXB)		-3.667.657,48
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		-
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		-
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)		-
PAGAMENTOS DE PRECATORIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)		-
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)		-
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)		-
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	26.274.529,54	
RESULTADO PRIMARIO - Abaixo da Linha (XL) = xxxix - (XXV - XXVI)	26.486.666,54	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		7.410.662,03
Recursos arrecadados em Exercícios anteriores RPPS		-
Superavit Financeiro Utilizado para Abertura e reabertura de créditos adicionais		7.410.662,03
RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS		-

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

SANDRO LUIS CAZELA
Contador - CRC 1SP-208.756

RAFAEL CARDOSO DE PAIVA
Controle Interno



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Finanças

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
RREO - Anexo 7 (LRF, Art. 53, inciso v)

MUNICÍPIO DE JARINU
2º BIMESTRE 2024

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2023				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2023					
	(a)	(b)				(c)	(d)					
RESTOS A PAGAR[EXCETO INTRA-ORÇAM	4.118.868,52	3.735.806,18	3.752.789,29	-	4.101.885,41	2.728.104,06	18.472.808,91	6.254.154,62	6.067.150,37	491.000,00	14.642.762,60	18.744.648,01
PODER EXECUTIVO	4.118.518,63	3.666.713,74	3.696.331,58	-	4.088.900,79	2.728.104,06	18.354.317,12	6.250.566,62	6.063.922,37	491.000,00	14.527.498,81	18.616.399,60
PODER LEGISLATIVO	349,89	69.092,44	56.457,71	-	12.984,62	-	118.491,79	3.588,00	3.228,00	-	115.263,79	128.248,41
CÂMARA MUNICIPAL	349,89	69.092,44	56.457,71	-	12.984,62	-	118.491,79	3.588,00	3.228,00	-	115.263,79	128.248,41
TOTAL (III) = (I+II)	4.118.868,52	3.735.806,18	3.752.789,29	-	4.101.885,41	2.728.104,06	18.472.808,91	6.254.154,62	6.067.150,37	491.000,00	14.642.762,60	18.744.648,01

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

SANDRO LUIS CAZELA
Contador - CRC 1SP-208.756

RAFAEL CARDOSO DE PAIVA
Controle Interno

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU**ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Finanças**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CREDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
RREO - Anexo 9 (LRF, Art. 53, inciso I)MUNICÍPIO DE JARINU
2º BIMESTRE 2024

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c = (a - b))
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CREDITO (I)	20.000.000,00	1.500.000,00	18.500.000,00
RECEITAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESA DE CAPITAL	36.527.554,71	15.103.335,47	21.424.219,24
Investimentos	22.969.554,71	1.572.142,07	21.397.412,64
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	13.558.000,00	13.531.193,40	26.806,60
(-) Incentivos Fiscais e Contribuições			
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras			
DESPESA DE CAPITAL LIQUIDA (II)	36.527.554,71	15.103.335,47	21.424.219,24
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	16.527.554,71	13.603.335,47	2.924.219,24

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita MunicipalSANDRO LUIS CAZELA
Contador – CRC 1SP-208.756RAFAEL CARDOSO DE PAIVA
Controle Interno**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU**ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Finanças**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REMÍMIO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORESOrçamento Fiscal e da Seguridade Social
RREO - Anexo 10 (LRF, Art. 53, inciso I)MUNICÍPIO DE JARINU
2º BIMESTRE 2024

O Município de Jarinu SP, não tem regime próprio de previdência (RPPS).

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita MunicipalSANDRO LUIS CAZELA
Contador – CRC 1SP-208.756RAFAEL CARDOSO DE PAIVA
Controle Interno

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU**

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Finanças

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

RREO - Anexo 11 (LRF, Art. 53, inciso III)

MUNICÍPIO DE JARINU

2º BIMESTRE 2024

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c = (a - b))
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	230.000,00	0,00	230.000,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	130.000,00	0,00	130.000,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	100.000,00	0,00	100.000,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimento de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	10.959,03	10.959,03	10.959,03	0,00	0,00	0,00	-
DESPESAS DE CAPITAL	10.959,03	10.959,03	10.959,03	0,00	0,00	0,00	-
Investimentos	10.959,03	10.959,03	10.959,03	0,00	0,00	0,00	-
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Proprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2023 (i)	2024 (j) = (II f - (IIF + IIg))	SALDO (k) = (III - IIIj)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita MunicipalSANDRO LUIS CAZELA
Contador – CRC 1SP-208.756RAFAEL CARDOSO DE PAIVA
Controle Interno**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU**

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Finanças

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICAS - PRIVADAS**

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30/12/2004, arts. 22,25 e 28)

MUNICÍPIO DE JARINU

2º BIMESTRE 2024

O Município de Jarinu SP, não tem Parcerias Público Privada (P.P.P.).

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita MunicipalSANDRO LUIS CAZELA
Contador – CRC 1SP-208.756RAFAEL CARDOSO DE PAIVA
Controle Interno

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU**ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Finanças**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RREO**

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

MUNICÍPIO DE JARINU

2º BIMESTRE DE 2024

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		242.006.000,00	
Previsão Atualizada		242.006.000,00	
Receitas Realizadas		88.698.525,41	
Déficit Orçamentário		-	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)		7.410.662,03	
DESPESAS			
Dotação Inicial		242.006.000,00	
Dotação Atualizada		251.445.391,51	
Despesas Empenhadas		111.317.910,61	
Despesas Liquidadas		60.384.783,39	
Despesas Pagas		57.727.440,47	
Superávit Orçamentário		28.313.742,02	

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o bimestre	
Despesas Empenhadas		111.317.910,61	
Despesas Liquidadas		60.384.783,39	

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o bimestre	
Receita Corrente Líquida		222.599.996,04	

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	Resultado Apurado Até o Bimestre	% em Relação à Meta
	(a)	(b)	(b/a)
Resultado Primário - Acima da Linha	13.011.550,00	24.232.060,45	186,24%
Resultado Nominal - Acima da Linha	13.011.550,00	29.942.187,02	230,12%

RESTOS A PAGAR POR PODER		Inscrição	Cancelamento Até o bimestre	Pagamento Até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		7.854.674,70	0,00	3.752.789,29	4.101.885,41
Poder Executivo		7.785.232,37	0,00	3.696.331,58	4.088.900,79
Poder Legislativo		69.442,33	0,00	56.457,71	12.984,62
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		21.200.912,97	491.000,00	6.067.150,37	14.642.762,60
Poder Executivo		21.082.421,18	491.000,00	6.063.922,37	14.527.498,81
Poder Legislativo		118.491,79	0,00	3.228,00	115.263,79
TOTAL		29.055.587,67	491.000,00	9.819.939,66	18.744.648,01

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ens	12.209.347,71	25%	17,11%
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	8.121.274,78	70%	62,91%

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CREDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
Receitas de Operação de Crédito		1.500.000,00	18.500.000,00
Despesa de Capital Líquida		15.103.335,47	21.424.219,24

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU**ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Finanças**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RREO**

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

MUNICÍPIO DE JARINU

2º BIMESTRE DE 2024

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDENCIA	Exercicio	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Plano Previdenciario	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Prevedenciarias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Prevedenciarias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Prevedenciario	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Prevedenciarias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Prevedenciarias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado no Exercício		Saldo a Realizar	
Receitas de Operação de Crédito	1.500.000,00		18.500.000,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	15.103.335,47		21.424.219,24	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado	Limite Constitucional Anual		
	Até o Bimestre	% Mínimo a	% Aplicado Até o Bimestre	
		Aplicar no exercicio		
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	13.329.855,24	15%	18,68%	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)	0,00			

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita MunicipalSANDRO LUIS CAZELA
Contador - CRC 1-SP 208756RAFAEL CARDOSO DE PAIVA
Controle Interno

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º Bimestre 2024

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

Em Reais

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)			
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	
1- RECEITA DE IMPOSTOS	68.947.000,00	26.393.778,25	
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	31.742.000,00	13.906.385,13	
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	6.666.000,00	1.860.363,63	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	21.515.000,00	8.019.449,30	
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	9.024.000,00	2.607.580,19	
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	114.126.000,00	44.956.736,09	
2.1- Cota-Parte FPM	49.660.000,00	16.620.649,45	
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	45.900.000,00	16.620.649,45	
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	3.760.000,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	54.800.000,00	21.891.236,40	
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	305.000,00	147.924,10	
2.4- Cota-Parte ITR	11.000,00	5.538,52	
2.5- Cota-Parte IPVA	9.350.000,00	6.291.387,62	
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	-	
2.7- Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	-	
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	183.073.000,00	71.350.514,34	
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5))	22.073.200,00	8.991.347,52	
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM MDE ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6) + (2.7))	23.695.050,00	8.846.281,37	

FUNDEB			
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	33.855.000,00	12.910.240,60	
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	33.310.000,00	12.525.020,24	
6.1.1- Principal	32.950.000,00	12.439.230,16	
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	360.000,00	85.790,08	
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	
6.2.1- Principal	0,00	0,00	
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	545.000,00	385.220,36	
6.3.1- Principal	0,00	-	
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)¹	10.876.800,00	3.447.882,64	

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º Bimestre 2024

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

Em Reais

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	-
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	-
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	12.910.240,60

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)²	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	30.611.725,71	8.121.274,78	8.121.274,78	7.762.723,69	-
10.1- Educação Infantil	11.236.970,04	3.124.247,69	3.124.247,69	2.991.436,99	-
10.1.1- Creche	-	-	-	-	-
10.1.2- Pré-escola	11.236.970,04	3.124.247,69	3.124.247,69	2.991.436,99	-
10.2- Ensino Fundamental	19.374.755,67	4.997.027,09	4.997.027,09	4.771.286,70	-
11- OUTRAS DESPESAS	3.243.274,29	1.718.121,21	976.987,79	975.843,59	741.133,42
11.1- Educação Infantil	1.499.998,83	513.669,01	365.581,74	365.234,32	148.087,27
11.1.1- Creche	-	-	-	-	-
11.1.2- Pré-escola	1.499.998,83	513.669,01	365.581,74	365.234,32	148.087,27
11.2- Ensino Fundamental	1.743.275,46	1.204.452,20	611.406,05	610.609,27	593.046,15
12- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (10 + 11)	33.855.000,00	9.839.395,99	9.098.262,57	8.738.567,28	741.133,42

INDICADORES DO FUNDEB					
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)¹
13- Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	8.121.274,78	8.121.274,78	7.762.723,69	0,00	-
14- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	9.839.395,99	9.098.262,57	8.738.567,28	741.133,42	-
15- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	-	-	-	-	-
16- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-	-	-	-
17- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Inf	-	-	-	-	-
18- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de	-	-	-	-	-

INDICADORES - Art. 212-A, Inciso XI e § 3º - Constituição Federal³	VALOR EXIGIDO (i)	VALOR APLICADO (j)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (k)	% APLICADO (l)
19- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	8.767.514,17	8.121.274,78	8.121.274,78	62,91%
20 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	-	-	-	-
21- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	-	-	-	-

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)²	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (m)	VALOR NÃO APLICADO (n)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (o)	% NÃO APLICADO (p)
22- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	1.291.024,06	3.811.978,03	3.811.978,03	29,53%

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU****RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

2º Bimestre 2024

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

Em Reais

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)*	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (q)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (r)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (s)	VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL (t)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR NÃO APLICADO (v) = (r) - (s) - (u)
23- Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	3.018.475,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.018.475,09	0,00	0,00	0,00	-	-
23.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	-	-	-	-	-	-

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Área de Atuação)*	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
24- EDUCAÇÃO INFANTIL	8.485.600,00	2.184.861,32	1.735.034,52	1.673.074,03	449.826,80
24.1- Creche	-	-	-	-	-
24.2- Pré-escola	8.485.600,00	2.184.861,32	1.735.034,52	1.673.074,03	449.826,80
25- ENSINO FUNDAMENTAL	15.783.400,00	5.618.936,20	4.003.919,64	3.819.591,04	1.615.018,56
26- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (24 + 25)	24.269.000,00	7.803.799,52	5.738.954,16	5.492.665,07	2.064.845,36
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					VALOR
27- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS (FUNDEB E RECEITA DE IMPOSTOS) = (L14(d ou e) + L26(d ou e) + L23.1(t))					5.738.954,16
28- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					8.991.347,52
29 (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO EM VALOR SUPERIOR A 10%					2.520.953,97
30 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS* + 7					-
31 (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					0,00
32- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (27 - (28 + 29 + 30 + 31))					12.209.347,71

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL* + 8	VALOR EXIGIDO (x)	VALOR APLICADO (w)	% APLICADO (y)
33- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	17.837.628,59	12.209.347,71	17,11%

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS E DO FUNDEB*	SALDO INICIAL (z)	RP LIQUIDADOS (aa)	RP PAGOS (ab)	RP CANCELADOS (ac)	SALDO FINAL (ad) = (z) - (ab) - (ac)
34- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	2.913.140,72	546.667,90	1.780.556,45	0,00	1.132.584,27
34.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	2.699.550,92	546.667,90	1.780.556,45	0,00	918.994,47
34.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	213.589,80	0,00	0,00	0,00	213.589,80
34.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF)	0,00	0,00	0,00	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

2º Bimestre 2024

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

Em Reais

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
35- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	6.383.900,00	2.034.142,81
35.1- Salário-Educação	5.067.000,00	1.331.106,98
35.2- PDDE	5.100,00	0,00
35.3- PNAE	1.140.000,00	383.387,44
35.4- PNATE	164.000,00	132.418,55
35.5- Outras Transferências do FNDE	7.600,00	187.229,84
36- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	8.294.100,00	2.608.298,87
37- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADAS À EDUCAÇÃO	-	-
38- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	-	-
39- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	17.000,00	1.935,06
40- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO = (35 + 36 + 37 + 38 + 39)	14.695.000,00	4.644.376,74

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (Por Área de Atuação)*	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
41- EDUCAÇÃO INFANTIL	29.400,00	24.000,00	0,00	0,00	24.000,00
41.1- Creche	0,00	-	-	-	-
41.2- Pré-escola	29.400,00	24.000,00	0,00	0,00	24.000,00
42- ENSINO FUNDAMENTAL	13.874.699,15	6.756.296,53	2.163.690,75	1.829.205,70	4.592.605,78
43- ENSINO MÉDIO	28.000,00	28.000,00	0,00	0,00	28.000,00
44- ENSINO SUPERIOR	1.016.000,00	508.000,00	269.310,48	268.824,36	238.689,52
45- OUTRAS	2.690.000,00	2.517.137,16	1.058.979,93	931.522,33	1.458.157,23
46- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	17.638.099,15	9.833.433,69	3.491.981,16	3.029.552,39	6.341.452,33

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
47- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (12 + 26 + 46)	75.762.099,15	27.476.629,20	18.329.197,89	17.260.784,74	9.147.431,31
47.1- Despesas Correntes	75.580.699,15	27.476.629,20	18.329.197,89	17.260.784,74	9.147.431,31
47.1.1- Pessoal Ativo	45.014.017,90	11.182.682,49	11.182.682,49	10.699.083,86	-
47.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-
47.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	105.000,00	0,00	0,00	0,00	-
47.1.4- Outras Despesas Correntes	30.461.681,25	16.293.946,71	7.146.515,40	6.561.700,88	9.147.431,31
47.2- Despesas de Capital	181.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	-
47.2.2- Outras Despesas de Capital	181.400,00	0,00	0,00	0,00	-

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º Bimestre 2024

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

Em Reais

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ae)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (af)
48- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	-529.233,84	2.515.935,41
49- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	12.910.240,60	1.331.106,98
50- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	8.738.567,28	2.458.258,83
51- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	3.642.439,48	1.388.783,56
52- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
53- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
54- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	3.642.439,48	1.388.783,56

1 SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (7) > 0 = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB, SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (7) < 0 = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB.

2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não deve ser considerado na apuração dos indicadores e limites.

8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita MunicipalSANDRO LUIS CAZELA
Contador - CRC 1SP 208756RAFAEL CARDOSO DE PAIVA
Técnico de Controle Interno**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º Bimestre 2024

RREO - ANEXO 12 (LC nº 141/2012 art.35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	68.947.000,00	66.326.000,00	26.393.778,25	39,79%
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	31.742.000,00	29.144.500,00	13.906.385,13	47,72%
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	6.666.000,00	6.659.000,00	1.860.363,63	27,94%
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	21.515.000,00	21.498.500,00	8.019.449,30	37,30%
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte	9.024.000,00	9.024.000,00	2.607.580,19	28,90%
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	110.366.000,00	110.366.000,00	44.956.736,09	40,73%
Cota-Parte FPM	45.900.000,00	45.900.000,00	16.620.649,45	36,21%
Cota-Parte ITR	11.000,00	11.000,00	5.538,52	50,35%
Cota-Parte IPVA	9.350.000,00	9.350.000,00	6.291.387,62	67,29%
Cota-Parte ICMS	54.800.000,00	54.800.000,00	21.891.236,40	39,95%
Cota-Parte IPI-Exportação	305.000,00	305.000,00	147.924,10	48,50%
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	-	0,00%
Desoneração ICMS - LC 87/1996	-	0,00	-	-
Outras	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	179.313.000,00	176.692.000,00	71.350.514,34	40,38%

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	50.089.127,65	50.083.771,34	21.219.132,35	42,37%	13.091.192,52	26,14%	12.705.566,64	25,37%
Despesas Correntes	50.084.127,65	50.076.771,34	21.219.132,35	42,37%	13.091.192,52	26,14%	12.705.566,64	25,37%
Despesas de Capital	5.000,00	7.000,00	-	-	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	30.000,00	7.000,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	30.000,00	7.000,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	8.000,00	8.000,00	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	8.000,00	8.000,00	-	-	-	-	-	-

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º Bimestre 2024

RREO – ANEXO 12 (LC nº 141/2012 art.35)

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	1.000.172,35	1.023.393,36	261.344,72	25,54%	238.662,72	23,32%	231.318,34	22,60%
Despesas Correntes	1.000.172,35	1.023.393,36	261.344,72	25,54%	238.662,72	23,32%	231.318,34	22,60%
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	51.127.300,00	51.122.164,70	21.480.477,07	42,02%	13.329.855,24	26,07%	12.936.884,98	25,31%

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	21.480.477,07	13.329.855,24	12.936.884,98
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII) ¹	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV) ²	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV) ³	-	-	-
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	21.480.477,07	13.329.855,24	12.936.884,98
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	10.702.577,15	-	-
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	-	-	-
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII) ¹	2.627.278,09	13.329.855,24	12.936.884,98
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	-	-	-
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III) * 100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	30,11%	18,68%	18,13%

<u>CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012</u>	LIMITE NÃO CUMPRIDO			
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência		Saldo Final (não aplicado) ¹ (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	
Diferença de limite não cumprido em 2023	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em 2022	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	-	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º Bimestre 2024

RREO – ANEXO 12 (LC nº 141/2012 art.35)

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO ¹	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII) q =	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2024	10.702.577,15	21.480.477,07	10.777.899,92	-	-	-	-	-	-	10.777.899,92
Empenhos de 2023	23.655.237,48	45.215.734,99	21.560.497,51	865.905,40	-	-	855.648,37	10.257,03	-	21.560.497,51
Empenhos de 2022	21.727.158,86	41.008.858,48	19.281.699,62	1.811.434,04	-	-	1.783.524,50	17.134,79	10.774,75	19.270.924,87
Empenhos de 2021	20.554.302,55	38.061.096,96	17.506.794,41	667.033,92	-	-	662.319,50	4.541,92	172,50	17.506.621,91
Empenhos de 2020	14.888.229,58	33.598.413,23	18.710.183,65	8.198.299,38	-	-	5.052.743,70	952.421,85	2.193.133,83	16.517.049,92
Empenhos de 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										-

<u>CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 246 1º e 2º DA LC 141/2012</u>	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				Saldo Final (não aplicado) ¹ (aa) = (w - (x ou y))
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXIV)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXV)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	-	-	-	-	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	-	-	-	-	-

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	4.528.900,00	4.528.900,00	3.477.438,72	76,78%
Proveniente da União	4.222.600,00	4.222.600,00	3.268.208,46	77,40%
Proveniente dos Estados	306.300,00	306.300,00	209.230,26	68,31%
Proveniente de outros Municípios	-	-	-	-
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS (XXX)	3.300,00	3.300,00	144,08	4,37%
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXX)	4.532.200,00	4.532.200,00	3.477.582,80	76,73%

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º Bimestre 2024

RREO – ANEXO 12 (LC nº 141/2012 art.35)

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	3.768.600,00	7.736.572,67	2.196.154,26	28,39%	1.979.674,01	25,59%	1.949.460,98	25,26%
Despesas Correntes	3.743.800,00	6.768.251,08	2.196.154,26	32,45%	1.979.674,01	29,25%	1.949.460,98	28,80%
Despesas de Capital	24.800,00	968.321,59	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	424.600,00	701.491,49	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Despesas Correntes	355.100,00	355.100,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Despesas de Capital	69.500,00	346.391,49	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	130.200,00	130.200,00	16.742,60	12,86%	1.830,24	1,41%	1.830,24	1,41%
Despesas Correntes	130.100,00	130.100,00	16.742,60	12,87%	1.830,24	1,41%	1.830,24	1,41%
Despesas de Capital	100,00	100,00	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	210.300,00	518.783,05	17.898,30	3,45%	1.323,00	0,26%	1.323,00	0,26%
Despesas Correntes	168.800,00	139.570,38	5.998,30	4,30%	1.323,00	0,95%	1.323,00	0,95%
Despesas de Capital	41.500,00	379.212,67	11.900,00	3,14%	-	0,00%	-	0,00%
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	4.533.700,00	9.087.047,21	2.230.795,16	24,55%	1.982.827,25	21,82%	1.952.614,22	21,49%

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º Bimestre 2024

RREO – ANEXO 12 (LC nº 141/2012 art.35)

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	53.857.727,65	57.820.344,01	23.415.286,61	40,50%	15.070.866,53	26,06%	14.655.027,62	25,35%
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	454.600,00	708.491,49	0,00	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	130.200,00	130.200,00	16.742,60	12,86%	1.830,24	1,41%	1.830,24	1,41%
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	8.000,00	8.000,00	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	1.210.472,35	1.542.176,41	279.243,02	18,11%	239.985,72	15,56%	232.641,34	15,09%
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	55.661.000,00	60.209.211,91	23.711.272,23	39,38%	15.312.682,49	25,43%	14.889.499,20	24,73%
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes*	4.533.700,00	9.087.047,21	2.230.795,16		1.982.827,25		1.952.614,22	
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	51.127.300,00	51.122.164,70	21.480.477,07	42,02%	13.329.855,24	26,07%	12.936.884,98	25,31%

Notas:

*Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da d

*Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

*Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita MunicipalSANDRO LUIS CAZELA
Contador - CRC 1SP 208756RAFAEL CARDOSO DE PAIVA
Tecnico de Controle Interno



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Finanças

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
RGF - Anexo 1 (LRF, Art. 55, inciso I, ALÍNEA "a")

MUNICÍPIO DE JARINU
1º QUADRIMESTRE DE 2024

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES													INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (A)
	LIQUIDADAS													
	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	set/23	out/23	nov/23	dez/23	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	Total Últimos 12 Meses)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.285.444,90	7.142.232,79	7.850.308,39	7.308.258,43	7.301.287,80	7.267.914,73	9.127.754,56	14.249.976,78	5.671.323,16	6.616.864,76	7.033.790,60	6.978.445,56	93.833.602,46	0,00
Pessoal Ativo	7.223.633,23	7.118.873,84	7.768.314,38	7.254.846,05	7.242.791,37	7.221.579,02	9.084.460,10	14.198.667,20	5.488.561,90	6.556.539,48	6.916.764,13	6.888.075,02	92.963.105,72	0,00
Vencimentos e Vantagens e Outras Despesas Variáveis	5.620.672,55	5.534.942,90	6.134.086,68	5.675.826,85	5.644.895,44	5.626.371,81	7.355.668,67	11.065.781,25	4.461.715,70	5.620.368,35	5.929.320,01	5.904.533,70	74.574.183,91	0,00
Obrigações Patronais	1.602.960,68	1.583.930,94	1.634.227,70	1.579.019,20	1.597.895,93	1.595.207,21	1.728.791,43	3.132.885,95	1.026.846,20	936.171,13	987.444,12	983.541,32	18.388.921,81	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	13.518,00	13.518,00	16.167,50	13.518,00	13.518,00	13.518,00	17.627,50	27.036,00	14.081,00	14.081,00	14.081,00	14.081,00	184.745,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	13.518,00	13.518,00	16.167,50	13.518,00	13.518,00	13.518,00	17.627,50	27.036,00	14.081,00	14.081,00	14.081,00	14.081,00	184.745,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Pessoal Decorrentes de Contratos Terceirização (§ 1º, Art.18 LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executadas Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA NÃO COMPUTADA (II) (§ 1º do Art. 19 da LRF)	48.293,67	9.840,95	65.826,51	39.894,38	44.978,43	32.817,71	25.666,96	24.273,58	168.680,26	46.244,28	102.945,47	76.289,54	685.751,74	0,00
Indenização por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	48.293,67	9.840,95	65.826,51	39.894,38	44.978,43	32.817,71	25.666,96	24.273,58	168.680,26	46.244,28	102.945,47	76.289,54	685.751,74	-
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.237.151,23	7.132.391,84	7.784.481,88	7.268.364,05	7.256.309,37	7.235.097,02	9.102.087,60	14.225.703,20	5.502.642,90	6.570.620,48	6.930.845,13	6.902.156,02	93.147.850,72	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	222.599.996,04	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas as Emendas Individuais (art. 166 A, § 1º da CF) (V)	-	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas as Emendas de Bancadas (art. 166, § 16 da CF) (V)	-	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	222.599.996,04	
DEPESA TOTA COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + III b)	93.147.850,72	41,85%
LIMITE MÁXIMO (IX) (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - (54,00 %)	120.203.997,86	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (Parágrafo Único do art. 22 da LRF) - (51,30%)	114.193.797,97	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - (48,60%)	108.183.598,08	48,60

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

SANDRO LUIS CAZELA
Contador - CRC 1SP-208.756

RAFAEL CARDOSO DE PAIVA
Controle Interno

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU**ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Finanças**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**
Anexo II (Artigo 55, inciso I, alínea "b" da LC 101/00)
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDAMUNICÍPIO DE JARINU
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
1º QUADRIMESTRE DE 2024

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA-DC (I)	58.736.836,35	76.849.962,43	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-
Dívida Contratual	58.731.986,53	76.849.962,43	-	-
Empréstimos	30.000.000,00	30.033.641,92	-	-
Internos		-	-	-
Externos		-	-	-
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios		-	-	-
Financiamentos	2.153.969,14	2.153.969,14	-	-
Internos	2.153.969,14	2.153.969,14	-	-
Externos		-	-	-
Parcelamentos e Renegociação de Dívidas	58.731.986,53	44.662.351,37	-	-
De Tributos		-	-	-
De Contribuições Previdenciárias	39.941.172,74	36.022.591,73	-	-
De Demais Contribuições Sociais		-	-	-
Do FGTS	8.086.815,38	7.638.098,90	-	-
Com Instituição Não Financeira	1.001.660,74	1.001.660,74	-	-
Demais Dívidas Contratuais		-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive)		-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-
DEDUÇÕES (II)	7.166.270,82	32.774.802,27	-	-
Disponibilidade de Caixa¹	7.166.270,16	32.774.801,61	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	21.033.269,94	43.333.844,32	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	7.960.271,95	4.292.614,47	-	-
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.906.727,83	6.266.428,24	-	-
Demais Haveres Financeiros	0,66	0,66	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	74.017.347,18	44.075.160,16	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	205.898.806,56	222.599.996,04	-	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A §1º da CF)(V)		-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	205.898.806,56	222.599.996,04	-	-
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	39,42%	34,52%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	35,94%	19,80%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	247.078.567,87	267.119.995,25	-	-
LIMITE DE ALERTA (Inciso III do § 1º do art.59 da LRF - 90%)	222.370.711,08	240.407.995,73	-	-

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2020		-	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2020 (não incluídos na DCL)	2.539.887,60	2.539.887,60	-	-
PASSIVO ATUARIAL		-	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA³		-	-	-
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM GARANTIA		-	-	-
RP NÃO PROCESSADOS	21.095.315,72	14.452.033,54	-	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO		-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP		-	-	-
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015		-	-	-

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita MunicipalSANDRO LUIS CAZELA
Contador - CRC N° 1SP-208.756RAFAEL CARDOSO DE PAIVA
Controle Interno

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU**ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Finanças**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

Anexo III (Artigo 55, inciso I, alínea "C", E ART. 40 § 1º)

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORESMUNICÍPIO DE JARINU
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
1º QUADRIMESTRE DE 2024

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)		-	-	-
Em Operações de Crédito Externas		-	-	-
Em Operações de Crédito Internas		-	-	-
AOS MUNICÍPIOS (II)		-	-	-
Em Operações de Crédito Externas		-	-	-
Em Operações de Crédito Internas		-	-	-
AS ENTIDADES CONTROLADAS (III)		-	-	-
Em Operações de Crédito Externas		-	-	-
Em Operações de Crédito Internas		-	-	-
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)		-	-	-
TOTAL DE GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)		-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	205.898.806,56	222.599.996,04	-	-
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às emendas individuais (art.166-A, § 1º, da CF) (VII)		-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	205.898.806,56	222.599.996,04	-	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V / VIII)				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	45.297.737,44	48.971.999,13	-	-
LIMITE DE ALERTA (Inciso III do § 1º do art.59 da LRF)	40.767.963,70	44.074.799,22	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DES ESTADOS (IX)	-	-	-	-
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
DOS MUNICÍPIOS (X)	-	-	-	-
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	-	-	-	-
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	-	-	-	-
MEDIDAS CORRETIVAS	-	-	-	-

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita MunicipalSANDRO LUIS CAZELA
Contador - CRC N° 1SP-208.756RAFAEL CARDOSO DE PAIVA
Controle Interno

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU**ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Finanças**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

Anexo IV (Artigo 55, inciso I, alínea "D" E inciso III alínea "c" da LC 101/00)

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CREDITOMUNICÍPIO DE JARINU
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
1º QUADRIMESTRE DE 2024

OPERAÇÕES DE CREDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referencia	Até o Quadrimestre de Referencia (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	1.500.000,00	1.500.000,00
Interna	1.500.000,00	1.500.000,00
Empréstimos	1.500.000,00	1.500.000,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipações de Receitas pela Venda e Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF art. 29 § 1º)	-	-
Operações de Crédito não sujeitas ao Limite para Fins de Contratação (I)	-	-
Externa	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipações de Receitas pela Venda e Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF art. 29 § 1º)	-	-
Operações de Crédito não sujeitas ao Limite para Fins de Contratação (II)	-	-
TOTAL (III)	-	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITE	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	222.599.996,04	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas emendas individuais (V)	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	222.599.996,04	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA PURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	1.500.000,00	0,67
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA E EXTERNAS	35.615.999,37	16,00
LIMITE DE ALERTA (Inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	32.054.399,43	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	15.581.999,72	7,00

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita MunicipalSANDRO LUIS CAZELA
Contador - CRC N° 1SP-208.756RAFAEL CARDOSO DE PAIVA
Controle Interno

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU**ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Finanças**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

Anexo V (Artigo 55, inciso III, alínea "a" da LC 101/00)

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGARMUNICÍPIO DE JARINU
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
1º QUADRIMESTRE DE 2024

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE E DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Insuficiência Financeira Verificada no Consortio Publico (f)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da Inscrição em Restos a Pagar não Processados do exercício)1 (g)=[a- (b+c+d+e)-f]	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Disponibilidade de Caixa Líquida (Apos a Inscrição em Restos a Pagar não Processados do exercício) (i)=[g - h]
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício c							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	24.165.995,79	3.533.019,23	-	9.982.121,04	-	-	10.650.855,52	-	-	10.650.855,52
Recursos OrdináriosDivida Mobiliária	196.404,04	2.259.227,82	-	212.950,90	-	-	2.275.774,68	-	-	(2.275.774,68)
Outros Recursos não Vinculados	23.969.591,75	1.273.791,41	-	9.769.170,14	-	-	12.926.630,20	-	-	12.926.630,20
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	19.167.848,53	426.987,13	-	4.469.912,50	-	-	7.988.411,25	-	-	7.988.411,25
Receitas de Impostos e de Transferencias de Impostos - Educação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferencia do FUNDEB	4.238.695,49	188.332,70	-	-	-	-	4.050.362,79	-	-	4.050.362,79
Outros Recursos Vinculados a Educação	4.671.715,64	48.279,85	-	1.416.489,07	-	-	3.206.946,72	-	-	3.206.946,72
Receitas de Impostos e de Transferencias de Impostos - Saude	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos Vinculados a Saude	4.861.264,86	153.751,31	-	29.405,36	-	-	4.678.108,19	-	-	4.678.108,19
Recursos Vinculados a Assistencia Social	904.207,74	-	-	364.337,98	-	-	539.869,76	-	-	539.869,76
Rec. Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciario	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rec. Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Credito (exceto vinculados a Educação e Saude)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos Vinculados	2.589.786,58	6.450,00	-	-	-	-	2.583.336,58	-	-	2.583.336,58
Demais Vinculações Legais	1.902.178,22	30.173,27	-	2.659.680,09	6.282.537,65	-	7.070.212,79	-	-	(7.070.212,79)
TOTAL (III)=(I + II)	43.333.844,32	3.960.006,36	-	14.452.033,54	-	-	18.639.266,77	-	-	18.639.266,77

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita MunicipalSANDRO LUIS CAZELA
Contador - CRC N° 1SP-208.756RAFAEL CARDOSO DE PAIVA
Controle Interno

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU**ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Finanças**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

Anexo VI (Artigos 48 da LC 101/00)

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATORIO DE GESTÃO FISCALMUNICÍPIO DE JARINU
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
1º QUADRIMESTRE DE 2024**I – COMPARATIVOS:**

Valores expressos em R\$

RECEITA CORRENTE LIQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	222.599.996,04	
Receita Corrente Líquida Ajustada para calculos dos Limites de Endividamento	222.599.996,04	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Calculos dos Limites de Despesa de Pessoal	222.599.996,04	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesas Totais com Pessoal - DTP	93.147.850,72	41,85%
Limite Maximo (Incisos I, II, e III, art. 20 da LRF 54,00 %	120.203.997,86	54,00
Limite Prudencial (Paragrafo único do art. 22 da LRF) 51,30 %	114.193.797,97	51,30
Limite de Alerta (Inciso II do § 1º do art.59 da LRF) 48,60 %	108.183.598,08	48,60
DIVIDA CONSOLIDADA	Valor Até o Quadrimestre	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida ³ (DCL) (III) = (I - II)	44.075.160,16	19,80%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal - 120 %	267.119.995,25	120,00
GARANTIA DE VALORES	Valor Até o Quadrimestre	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total das Garantias Concedidas	-	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	48.971.999,13	22,00
OPERAÇÕES DE CREDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Credito Internas e Externas	1.500.000,00	0,67
Limite Definido por Resolução do Senado Federal Para Operações de Credito Externas e Internas	35.615.999,37	16,00
Operações de Credito Por Antecipação da Receita		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal Para Operações de Credito Antecipação da Receita	15.581.999,72	7,00
RESTOS A PAGAR	Restos a Pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício	Disponibilidade de Caixa Liquidada (Após a Inscrição em Restos a Pagar não Processados do Exercício)
Valor Total	-	18.639.266,77

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita MunicipalSANDRO LUIS CAZELA
Contador - CRC N° 1SP-208.756RAFAEL CARDOSO DE PAIVA
Controle Interno



CÂMARA MUNICIPAL | Atos do Poder Legislativo

CÂMARA MUNICIPAL DE JARINU

Extrato de Contrato - Dispensa de Licitação

Processo nº: 50/2024

Contratante : Câmara Municipal de Jarinu

Contratada : eMania Foto e Vídeo Eireli - CNPJ 27.276.163/0001-58

Objeto : Câmera PUS-B200 20X destinada a filmagem das sessões plenárias e eventos.

Vigência: Entrega imediata

Data de Autorização: 16 de maio de 2024.

Amparo Legal: Artigo 75 - Lei 14.133/2021

Dotação Orçamentária: Ficha 02 - 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente

Valor global estimado: R\$ 3.076,48

Câmara Municipal de Jarinu, 16 de maio de 2024.

Simone Gerez de Moura
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE JARINU

Extrato de Contrato - Dispensa de Licitação

Processo nº: 50/2024

Contratante : Câmara Municipal de Jarinu

Contratada : KingPlay Comércio e Serviços de Vídeo Ltda - CNPJ 35.493.902/0001-91

Objeto : Câmera PTZ NDI 20X destinada a filmagem das sessões plenárias e eventos.

Vigência: Entrega imediata

Data de Autorização: 16 de maio de 2024.

Amparo Legal: Artigo 75 - Lei 14.133/2021

Dotação Orçamentária: Ficha 02 - 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente

Valor global estimado: R\$ 5.745,00

Câmara Municipal de Jarinu, 16 de maio de 2024.

Simone Gerez de Moura
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE JARINU

CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Presidente da Câmara Municipal de Jarinu, Estado de São Paulo, Sra. Simone Gerez de Moura convida a todos para a audiência pública que será realizada no dia 06 de junho (quinta-feira), às dezoito horas. Será realizada a apresentação e discussão do Projeto de Lei nº 30/2024, que estabelece as diretrizes a serem observadas na elaboração da lei orçamentária do município para o exercício de 2025 e dá outras providências (LDO 2025).

Convida-se toda a população a participar, formular perguntas e realizar sugestões. A audiência também será transmitida pela internet, podendo ser acessada diretamente pelo YouTube no canal da Câmara Municipal de Jarinu ou através de nosso website oficial (www.camarajarinu.sp.gov.br).

Registrado e publicado no mural oficial e diário oficial.

Câmara Municipal de Jarinu, em 17 de maio de 2024.

Simone Gerez de Moura
Presidente